

MANDATO XII**ATA Nº. 26/2021****SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021**

*Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva,*

Catarina Lourenço Ribeiro, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Victor Bruno Machado Ferreira, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Manuel Ferreira Gomes, Gélio Mouta Marques, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, José Maria de Oliveira Marques, Raúl da Silva Gomes, João Paulo de Carvalho Vieira, João Manuel Monteiro da Silva Oliveira, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Carmino João Costa Soares, Armindo Jorge da Costa Duarte, António Ribeiro da Costa, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, João Diogo Fernandes Ferreira, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Emiliano Renato*

Araújo Novera, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Luís Amaro da Cruz Cerqueira, Manuel António Gomes Pinto, Suzana Rafaela Ferreira Leite, Pedro Nuno Barbosa Guimarães, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros e Paula Maria de Azevedo da Cunha. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** António Joaquim Tavares Fidalgo, José Pedro Gomes Bastos, João Carlos Fernandes Veiga Pereira, José Manuel Ribeiro Afonso e Marco Paulo Ferreira de Oliveira. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do Sr. **JORGE MANUEL DA SILVA LISBOA**, para dizer que: “Sou representante dos moradores da Alameda do Fujacal. O que me trás a esta Assembleia é a tentativa de resolução dum problema que já existe há muito tempo e agravado em setembro de dois mil e dezoito. Os serviços da Câmara ou Proteção Civil, dirigiram-se à Alameda do Fujacal e deitaram abaixo o muro de proteção do Passadiço/Alpendre denominado Alameda do Fujacal, com as entradas para os prédios de habitação, alegando que o estado de conservação do Passadiço/Alpendre e do muro eram um risco público. O muro foi substituído por uma rede presa, provisoriamente, em ferros usados na construção e passados três anos ainda lá continuam. A Câmara em novembro de dois mil e dezanove, mandou um ofício número dois mil e vinte e quatro, a incutir os custos da reparação do lado superior e inferior do Passadiço aos Condomínios, alegando que o Passadiço/Alpendre era privado dos condóminos, contrariando dois pareceres da própria Câmara de dois mil e dez, que alegam ser o Passadiço/Alpendre do domínio publico e que passo a citar: “Como foi explanado na nossa informação de cinco de maio de dois mil e dez, é inquestionável o uso público da via/alpendre em causa. Complementa-se a informação com a constatação do seguinte: a área licenciada confina-se ao lote com a exclusão do

alpendre e conhecido como o extrato da planta de urbanização do Fujacal. Face ao explanado e não existindo qualquer alusão ao alpendre na certidão emitida pela Câmara, para efeitos da constituição da propriedade horizontal, emitida em onze de julho de mil novecentos e oitenta e quatro, parece-nos que a área em causa é pública e, como tal, a sua conservação é da responsabilidade camarária. Face ao explanado, o processo deve ser remetido ao DOMSU. Está aqui uma cópia do documento que está no processo da Câmara. “Tendo presente a situação que aqui se coloca, importa referir o seguinte: conforme referem os competentes serviços técnicos nas informações constantes do processo, verifica-se que o espaço em causa se encontra afeto ao uso público, mais concretamente a zona serve de passagem utilizada pelo público em geral. Assim sendo, e constatando-se existir interesse público na manutenção da utilização por parte do público em geral, daquela passagem, afigura-se que este Município deverá assegurar a reparação das anomalias ou a realização de obras de conservação, cuja verificação ou agravamento resulte demonstrado dever ao referido uso público daquela zona. Nesse sentido sugere-se que na situação em apreço os competentes serviços, previamente, façam uma análise da situação, tendo presentes os critérios vindos a referir”. Estes documentos também constam no processo. Pelo ofício número dois mil setecentos e sessenta, de vinte e dois de junho de dois mil e vinte, foi-nos comunicado que o processo foi enviado para a Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso para análise e, em reunião presencial com o Presidente Dr. Ricardo Rio, foi-nos prometido a resolução a curto prazo. Também foi dito pelo Sr. Vereador, ao microfone da Rádio Universitária, que iria começar em breve as obras de reparação, coisa que lamentavelmente ainda não começou. E para finalizar, nós perguntamos, para quando a resolução? Estão à espera que uma criança ou um idoso caia à Travessa do Conselheiro Lobato?” Seguiu-se a

segunda intervenção proferida pelo **SR. TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para referir: “Como cidadão bracarense, venho a esta Assembleia Municipal com uma pergunta que nos devia preocupar a todos: Porque é que em Braga se continuam a usar soluções de produtos com glifosato para controlo de ervas? Em março de dois mil e quinze, a Agência Internacional para a Investigação Contra o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o pesticida glifosato como "cancerígeno provável para o ser humano". Em relação ao ambiente, também a sua utilização tem consequências. O Glifosato depois de aplicado infiltra-se no solo passando a fazer parte da estrutura molecular do mesmo. O tempo deste composto pode ser prolongado no meio ambiente devido à formação de compostos metálicos fazendo com que esta se torne menos degradável pelas bactérias decompositoras com capacidade para tal. O glifosato é também um pesticida sistémico não seletivo, ou seja, significa que mata qualquer tipo de planta. Para além do impacto nas pessoas e ambiente, também os animais sofrem consequências muitas vezes mais imediatas e mais graves, como o envenenamento, que tantas vezes é fatal. Infelizmente é uma realidade cada vez mais presente no concelho. Tendo todas estas razões expostas em consideração, várias autarquias assim como Braga aderiram ao manifesto criado pela QUERCUS “Autarquias sem Glifosato” e interromperam definitivamente a utilização desse produto no controlo de plantas invasoras (ou potencialmente invasoras) substituindo por outras opções ecologicamente mais benéficas. Em Braga, a empresa AGERE optou em dois mil e dezassete pelo uso de “vinagre de álcool” no combate às ervas daninhas. No entanto, aparentemente sem qualquer razão enunciada, em dois mil e dezanove a AGERE retomou o uso de herbicidas com glifosato, o que levou a QUERCUS a retirar do município de Braga do manifesto, e, assistimos assim, a um retrocesso gigante no que à

sustentabilidade ambiental do município diz respeito. Outros métodos mais sustentáveis, para além dos benefícios diretos para a saúde pública e para a biodiversidade e preservação dos ecossistemas, significaria também que os serviços ambientais do município bracarense apresentariam, também, melhores resultados ao nível dos índices de reciclagem, participando naquilo a que se pode chamar de "Economia Circular dos Resíduos", ou seja, os resíduos vegetais produzidos na limpeza dos arruamentos seriam recolhidos e transportados para o centro de recolha, por exemplo, o Ecocentro da Braval e depois encaminhados para uma Central de Valorização Orgânica, o que traria ainda mais benefícios a uma prática mais sustentável. Não posso deixar ainda de lembrar a importância da comunicação prévia nas zonas intervencionadas de forma a que os munícipes se possam proteger, a si e aos seus, no caso de ser impossível usar outro tipo de alternativas ao uso do glifosato. Urge uma maior proteção da saúde pública, da natureza, da fauna, da flora e dos recursos hídricos. Como tantas outras situações, em que está em causa a nossa saúde, o princípio da precaução deve, obrigatoriamente, ser adotado. Congratulo a Freguesia de Espinho que recentemente aboliu o uso de fitofármacos nas suas limpezas de arruamentos, tendo em conta os impactos ambientais, nomeadamente o da alimentação dos insetos polinizadores. Tendo visto também a congratulação do Vereador do Ambiente, fiquei sem compreender porque Braga, retrocedeu no processo e por outro lado, o que nos impede de avançar para a adoção de alternativas? Sendo assim e face a estas estas informações, propunha que a Gestão Municipal da Câmara de Braga e empresas subcontratadas pela mesma, tivessem em conta as alternativas existentes, como a monda mecânica, monda térmica e o uso de produtos biológicos, priorizando as mesmas. Se Braga assinou, e bem, o manifesto mundial de corredores de biodiversidade, dando um passo no caminho

da promoção à sustentabilidade, o mesmo não pode ficar apenas no papel, tendo que tomar medidas que se coadunam com os compromissos assumidos. Este é um dos passos. Estão dispostos a dá-lo?”. A terceira e última intervenção foi protagonizada pelo **SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA**, para dizer que esteve em frente à Câmara Municipal de Braga e reparou, já não era a primeira vez, que a bandeira nacional, hasteada no mastro da Câmara, estava esfarrapada, o mastro estava torto. “Como é possível esta situação numa cidade, melhor destino europeu dois mil e vinte e um, sempre ávida de títulos, promovida a nível nacional e internacional e no edifício que, no fundo, é um símbolo, termos a bandeira nacional naquele estado? Achei por bem que era importante sensibilizar quem de direito e a própria Câmara, é facilmente corrigível. Sou um ex-militar, se precisarem de ajuda, estou ao dispor. A vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, a Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, da Assembleia da República, fez um requerimento número cinquenta e três, dirigido à Câmara Municipal de Braga, sobre o estado de degradação do Estádio Primeiro de Maio. A Deputada solicitou algumas informações de que destacava: que trabalhos de conservação tem a Autarquia levado a cabo neste equipamento e nos seus painéis? Os painéis são os de bronze de Barata Feio. A Câmara Municipal de Braga já respondeu? Os painéis, neste momento, um deles tem falta de proteção, o do lado esquerdo, olhando em frente está protegido, o do lado direito não está, qualquer pessoa acede facilmente. A este respeito, a vinte e seis de abril, alertei o Sr. Primeiro Ministro, anexando créditos atualizados numa exposição relativa, novamente, à falta de proteção dos painéis de bronze. O Sr. Primeiro Ministro, ao contrário da Câmara Municipal de Braga, encaminhou a exposição, dois dias depois, para os Gabinetes da Ministra da Cultura e Ministra da Modernização de Estado e da Administração Pública. Aguardo com

serenidade a resposta das Sras. Ministras em apreço. Uma coisa é certa, o estado dos painéis e do Estádio envergonham o nome da cidade e do Município. Podia ter sido feito algo mais pela preservação do Estádio? Claro que sim, assim tivesse existido vontade política. A onze de dezembro de dois mil e vinte, recebi uma resposta, via e-mail, da Sra. Deputada Joacine Katar Moreira em relação a uma exposição que lhe fiz, sobre a instalação de iluminações de Natal em árvores da cidade. Na resposta, a Sra. Deputada pedia-me para a solicitar ao “Presidente da Câmara Municipal de Braga e à Assembleia Municipal um regulamento semelhante ao regulamento municipal do arvoredo de Lisboa”, e ainda “considero também, se o entender, expor este pedido nas reuniões públicas da Câmara e da Assembleia Municipal”. A dezassete de dezembro de dois mil e vinte, poucos dias depois, o Bloco de Esquerda apresentou uma recomendação à Câmara Municipal de Braga, para que elaborasse um regulamento municipal, para que fossem criadas normas de intervenção no arvoredo urbano. Até ao momento, passaram quatro meses, e a cidade Bracarense aguarda por algo, por alguma luz, embora estejam a decorrer os trabalhos, mas a coligação esteve sete anos, quase oito, à frente dos destinos e, por exemplo, também podia ter protagonizado um regulamento desta temática. O caminho do Carvalhedo e a Rua dos Combatentes são vias utilizadas por viaturas da Câmara Municipal de Braga, com frequência diária para acederem a um estaleiro próximo. As vias estão em estado degradado, com buracos, piso irregular, apesar de uma recente intervenção, apenas nalguns metros. Convidam-se os presentes a ir visitar o local. Isto já decorre há bastante tempo e questiono-me quanto é que custará este desmazelo no que respeita a despesas de manutenção de viaturas que passam por mim diariamente. Por fim, esta semana, foi publicada uma longa entrevista que dei à revista “Agir pelo Planeta” de distribuição nacional. Isto é um conjunto de

entrevistas que vai agora ser alargado a outros órgãos de comunicação social, por causa das questões ambientais. Estando já presente o Sr. Vereador do Ambiente, aconselhava a leitura, não é favorável ao concelho de Braga e a mesma será oferecida a todas as Juntas de Freguesia do concelho”. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Saudação**, pela **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, que salientava: “Saudarmos o quadragésimo sétimo aniversário da Revolução de Abril, que através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, fez ruir a ditadura fascista do Estado Novo, pôs fim à PIDE, acabou com a censura, libertou os presos políticos, terminou com a guerra colonial e garantiu direitos e liberdades fundamentais. Celebremos as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais adquiridos, como o SNS, a Escola Pública, os direitos dos trabalhadores, o direito à cultura e o direito à habitação, o único que está por cumprir e consignados na Constituição da República. Numa altura em que são colocados em causa os direitos adquiridos com o vinte e cinco de Abril, devemos relembrar os princípios constitucionais pelos quais lutámos e que alguns estão tão determinados em menosprezar. Todos os cidadãos e cidadãs têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. Mais do que nunca, devemos defender o Estado Social e com ele o funcionamento dos serviços públicos, imprescindíveis na resposta eficaz a toda a situação criada pela pandemia SARS-Cov-2. Defender Abril é vencer a crise pandémica e as crises económica e social, recusando

políticas de austeridade que tantas vidas destruíram num passado recente. Defender Abril é recuperar a economia e o país, adotar as necessárias transformações estruturais, relançar o investimento nacional, criar emprego e estimular o consumo interno. Só deste modo se combatem os populismos e a extrema-direita. No dia um de maio de mil oitocentos e oitenta e seis, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso", mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. Em Portugal, o primeiro de maio de mil novecentos e setenta e quatro, realizado oito dias após o vinte e cinco de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito à saúde à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de três mil e trezentos escudos (dezasseis euros e cinquenta cêntimos). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). Portugal atravessa hoje um período difícil, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são

fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego. A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno. Isto num contexto onde uma percentagem elevada de pessoas empregadas recebe salários que não lhes permite sair do limiar de pobreza nem ter acesso a uma habitação condigna e onde a precariedade impera. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a trinta de abril de dois mil e vinte e um, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da lei um – A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: Um - Saudar a Revolução do vinte e cinco de Abril e todas as conquistas que dela resultaram e que melhoraram significativamente a vida das portuguesas e dos portugueses. Dois - Saudar a Democracia em toda a sua plenitude e como um valor supremo que todos e todas devemos defender. Três - Saudar o primeiro de maio como o momento agregador das várias gerações de homens e de mulheres que continuam a lutar pela dignidade, emprego com direitos e salários e pensões dignos. Quatro - Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência; Cinco - Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais; Seis - Saudar os professores e as professoras, bem como os/as restantes trabalhadores das escolas, que continuam a assegurar

às crianças e jovens o direito à Educação, apesar de o regresso às aulas ter ocorrido com parcas condições sanitárias e pouco distanciamento físico”. Posto à votação foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para proceder à apresentação de uma **Saudação**, do seguinte teor: “A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a quarenta e oito anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o vinte e cinco de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de mil novecentos e setenta e seis. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências. Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história coletiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das

suas atribuições e competências. Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuam os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades. Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, quarenta e cinco anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir. Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra a vontade das populações. As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os quarenta e cinco anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares. Um momento de afirmação da democracia, tanto mais atual quanto se desenham e se assumem abertamente projetos reacionários e antidemocráticos. Comemorar Abril é também, nas atuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e proteção, apontar o sentido de vivência coletiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade. Importa também assinalar os cento e trinta e um anos do primeiro de Maio, quando são atacados os direitos sociais, laborais, sindicais, impõe-se a luta pela sua defesa, por melhores condições de trabalho e de vida. Não esquecemos os trabalhadores que, em alturas como estas, veem os seus salários e direitos sistematicamente atacados,

num aproveitamento escandaloso de muitas entidades patronais que, sem escrúpulos, atiram milhares de trabalhadores para o desemprego, aproveitando para atropelar a Lei, utilizando o "Lay off" para desenvolver uma generalizada e abusiva ação de agravamento da exploração, tentativa de retrocesso, liquidação e desregulamentação de direitos do trabalho. São também essas entidades patronais as primeiras a querer que o tal estado social que tanto combatem, as ajude, salvaguardando em muitos casos os milhões de lucros à conta dos mesmos trabalhadores que empurram para o desemprego. Nas comemorações deste primeiro de Maio, com as manifestações de rua agendadas para todo o país, saudamos todos os trabalhadores que estiveram sempre na linha da frente, assegurando os serviços de saúde, de pronto-socorro, assim como serviço público e social, do setor dos transportes e infraestruturas, da produção de bens e serviços, das equipas de limpeza, tratamento de água e saneamento, agentes da autoridade, entre outras funções essenciais ao funcionamento do país. Viva o vinte e cinco de Abril! Viva o primeiro de Maio!”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para solicitar ao Sr. Deputado da CDU que, no mínimo, fizesse uma parte deliberativa final, uma saudação a todos, julgando que o poderia fazer facilmente, a partir da bancada porque, se não, não havendo uma parte deliberativa, não votariam considerandos. Era essa a lógica de quem elaborava os votos. E, apesar de ser um requisito formal e como sempre foi respeitado, naquela e noutras Assembleias, pedia só que se fizesse esse pequeno acerto, para poderem votar tranquilamente dentro daquele espírito de unanimismo, que julgava reunir. Posta à votação foi a presente saudação **aprovada por unanimidade**. Interveio depois o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar um **Voto de Louvor**, que referia: “Pela sua dimensão e impacto global

na saúde dos portugueses, o plano de vacinação contra a COVID-dezanove é um desafio sem precedentes que exige de todos uma enorme capacidade de organização e mobilização dos recursos e competências de forma a levar a bom porto esta demanda. Este plano foi muito aguardado, está no terreno e significa por si só a esperança em dias melhores. A preparação para colocar os centros de vacinação em funcionamento em tempo útil foi árdua e só possível graças à incansável dedicação de várias estruturas locais. A primeira fase foi assente na vacinação de todos os idosos e profissionais dos lares de terceira idade. Uma fase superada com sucesso devido ao extremo profissionalismo de todos os envolvidos. A equipa do ACES Braga colocou sempre em primeiríssimo lugar a segurança dos seus utentes permitindo, assim, uma maior confiança por parte da comunidade vacinada. Concluída a primeira fase e com o centro de vacinação em pleno funcionamento, a boa gestão e coabitação entre as equipas do ACES e do Município surtiu na viabilização de um processo de vacinação que se tem mostrado cada vez mais bem conseguido e organizado. As estruturas locais e profissionais do ACES têm estado de forma incansável na linha da frente desde o início de todo este procedimento. A equipa instalada no Fórum Braga tem demonstrado uma enorme e imbatível vontade de serviço público. Temos de ressaltar a exigência que todo este processo abarca, sendo possível de alavancar graças ao apoio das estruturas de suporte e aos recursos humanos responsáveis e dedicados de que o ACES Braga dispõe. É um trabalho de muita partilha e colaboração comunitária, obrigando à responsabilidade de todos. Evidenciamos também o apoio das Juntas de Freguesia, cruciais no bom desenrolar do sistema de vacinação, tendo-se mostrado incansáveis nos contactos com a população idosa para que ninguém fique de fora. O envolvimento da comunidade em geral tem sido determinante para que tudo se desenrole da melhor forma. O

planeamento antecipado e a comunicação livre do ACES com as variadas organizações envolvidas têm simplificado a fluidez do processo. Esta boa gestão só é concretizável porque existe motivação e proximidade com os profissionais de saúde que estão no terreno. Se no concelho a taxa de recusa da vacinação ronda os dois por cento deve-se ao trabalho de informar e acompanhar o utente em todo o processo. De destacar que, de acordo com as estatísticas, até ao dia vinte e oito de abril, no concelho, o total de vacinas realizadas corresponde a quarenta e uma mil quinhentas e sessenta e três. Mais especificamente, o total de vinte e uma mil novecentas e oitenta e nove inoculações no que se refere apenas à primeira dose e o total de nove mil setecentas e oitenta e sete inoculações com a vacinação completa. Tal como os números indicam, o funcionamento do centro de vacinação e execução do plano de vacinação no concelho a bom ritmo devem-se, fundamentalmente, a todos os profissionais das diversas áreas de atuação que se empenham diariamente para que todo o processo decorra com a maior normalidade possível. São eles as equipas do ACES Braga, da InvestBraga, dos Bombeiros Sapadores, dos Bombeiros Voluntários, da Proteção Civil e da Cruz Vermelha Portuguesa que infraestruturaram esta resposta e prevalecem na sua manutenção. Um agradecimento especial a todos os enfermeiros, médicos e auxiliares que se prestam com verdadeiro afinho à causa que é de todos nós. Só é possível fazer bem graças ao esforço de todas as estruturas elencadas. Em suma, manifestamos louvor e gratidão para com todos os profissionais e estruturas que têm garantido a implementação rigorosa do processo de vacinação contra a COVID-dezanove, abdicando, muitas vezes, dos seus dias de descanso para estar ao serviço da comunidade. O Grupo da Bancada do CDS-PP, ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal de Braga, apresenta um voto de louvor a toda a equipa do Agrupamento de Centro de Saúde ACES

Cávado um - Braga sem esquecer as estruturas municipais e externas que colaboram diariamente para o bom cumprimento do plano de vacinação no concelho”. Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Passou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para apresentar outro **Voto de Louvor**, que destacava: “Pedro Morgado é Professor Catedrático de Psiquiatria, Neuroanatomia e Comunicação Clínica na Faculdade de Medicina da Universidade do Minho e Psiquiatra do Hospital de Braga. É investigador do Centro Clínico Académico (dois CA-Braga) e do ICVS/três B's da Universidade. Desde dois mil e dezassete, é também Vice-Presidente da Faculdade de Medicina da Universidade do Minho. Na passada semana, o projeto de Pedro Morgado é o primeiro galardoado com o FLAD Science Award Mental Health. É o maior prémio em Portugal para investigação clínica em Saúde Mental. Com foco na caracterização da estrutura e função cerebrais do cérebro na doença obsessivo-compulsiva, o estudo clínico quer “ganhar tempo no tratamento”. Para tal, a identificação de sinais “é essencial para selecionar de forma mais eficaz uma intervenção mais personalizada para um determinado paciente”. Num contexto de enorme aumento da sensibilização para a promoção da Saúde Mental este prémio atribuído ao Doutor Pedro Morgado é o reconhecimento da sua enorme capacidade de trabalho, mas também o reconhecimento de um bracarense, que em Braga, deixa a sua marca na investigação. A Assembleia Municipal de Braga louva o trabalho e o reconhecimento do Doutor Pedro Morgado e sugere ao Executivo que inclua o seu nome para que possa ser agraciado com a mais alta condecoração nas celebrações do Dia de São Geraldo”. Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. O Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ EDUARDO**

GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO interveio para apresentar um **Voto de Pesar** do seguinte teor: “Nascido em dezassete de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro, em Mangualde, distrito de Viseu, Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho desempenhou inúmeros cargos políticos de relevo dos quais destacamos os cargos de Ministro-Adjunto, da Administração Interna, da Presidência e do Equipamento Social nos Governos de António Guterres. É certo que o Partido Socialista lamenta o falecimento de um quadro único, mas Jorge Coelho era um notável amigo da democracia, estruturando um percurso de atuação pública e política de proximidade ao cidadão comum, cujos anseios e emoções era capaz de corporizar como poucos. Em mil novecentos e oitenta e dois, iniciou o seu percurso no desempenho de funções executivas como Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes do nono Governo Constitucional. Posteriormente, em Macau, foi Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Sociais, Educação e Juventude de Macau e, já em funções governativas na região, exerceu o cargo de Secretário Adjunto para a Educação e Administração Pública. De regresso a Portugal, Jorge Coelho foi um pilar basilar na arquitetura de várias campanhas eleitorais do Partido Socialista. Dirigiu a estrutura que impeliu a nova maioria do seu partido nas eleições legislativas de mil novecentos e noventa e cinco e de mil novecentos e noventa e nove. Na sequência da queda da Ponte Hintze Ribeiro de Entre-os-Rios, em Castelo de Paiva, a quatro de março de dois mil e um, pediu a sua demissão do governo, assumindo a responsabilidade política pelo acidente, porque «a culpa não pode morrer solteira». Um gesto que, ainda hoje, revela uma enorme nobreza e humildade. A singularidade de Jorge Coelho deixou uma marca positivamente vincada na vida dos que o conheceram. As suas qualidades políticas e humanas - inteligência, argúcia política, competência, capacidade organizativa e de trabalho, força anímica, alegria de

viver, sagacidade e sentido de responsabilidade – têm sido sublinhadas pelos inúmeros amigos de todas as idades e quadrantes políticos. Era verdadeiramente exemplar na forma como cultivava a amizade e na sua genuína capacidade de dar atenção aos outros, de estar próximo e dizer presente, sem regatear tempo nem esforços. Jorge Coelho partiu cedo demais, mas deixa-nos um excecional legado e a memória de um político com visão estratégica, de um amigo afetuoso, de um homem bom e uma imensa saudade. A Assembleia Municipal de Braga lamenta o falecimento de Jorge Coelho e cumpre um minuto de silêncio em sua memória”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade seguido de um minuto de silêncio**. Foi depois presente uma **Recomendação** pelo Sr. **Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, que referia: “Quando se compra ou adota um cão, gato ou furão, é obrigatória a sua inscrição no Sistema de Informação de Animais de Companhia, abreviadamente designado por SIAC! Esse registo é efetuado pelo médico veterinário quando se coloca o microchip no animal! Também é da responsabilidade do Médico Veterinário o registo das vacinas e quais as suas validades! No entanto, no caso dos canídeos, e apesar de todos os dados necessários estarem na plataforma, é necessário a emissão de uma licença passada pela Junta de Freguesia sempre que o animal tome a vacina antirrábica! No caso dos cães potencialmente perigosos essa licença é passada pela junta a partir do primeiro ano e nos restantes cães a partir do segundo ano! Foi a solução encontrada para não retirar uma fonte de receita mais do que merecida às Juntas de Freguesia! Ora, se o Estado criou o SIAC em cumprimento de medidas simplex e se o Serviço Central se esqueceu de prever a compensação justa para as Juntas de Freguesia, não é lógico que complique com burocracia um ato que deveria ser simples e automático! Não seria mais lógico, que quando o

*Médico Veterinário administrasse e registasse a vacina antirrábica na plataforma SIAP, que essa mesma plataforma fosse capaz de uma forma automática de emitir uma referência multibanco? Não seria menos burocrático que após o dono do cão regularizar o pagamento dessa referência multibanco que o próprio comprovativo de pagamento servisse de licença? Não seria também uma garantia de boa cobrança da Taxa pelas Juntas de Freguesia? Alguém fez contas de quanto dinheiro deixa de ser cobrado por não existir um sistema de cobrança simplificado? Analise-se qual a relação de cães vacinados e qual o número de pagantes da licença! Porque é que obrigam os donos dos animais a deslocar-se às Juntas de Freguesia única e exclusivamente para pagar uma taxa quando tudo poderia ser efetuado sem burocracias? Não foi essa a finalidade do SIAP? Por essas razões, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia trinta de abril de dois mil e vinte e um recomenda ao Ministério do Ambiente/DGAV que seja implementado um mecanismo de envio de referências multibanco por correio eletrónico aos donos dos animais para que possam obter a licença dos animais de companhia sem a necessidade de deslocação à Junta de Freguesia!”. Posta à discussão, passou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para fazer um pequeno esclarecimento. Não sabia se era do conhecimento de todos, que a licença cobrada pela Junta de Freguesia, estava aprovada no Regulamento de Taxas de cada uma das freguesias e cada uma das freguesias, tinha uma tabela de taxas. Em Real, por exemplo, pagava-se cinco euros, mas havia freguesias, onde se pagava sete euros, outras onde se pagava três euros, e outras onde se pagava quatro euros, não havendo um preço estabelecido. Depois, quando era detetado um cão sem licença, toda a tramitação legal era desenvolvida pela Junta de Freguesia, porque as entidades policiais*

enviavam o processo contraordenacional para as Juntas de Freguesia e a Junta tinha que dar andamento a esse processo, tendo também um custo, porque tinha que ter acompanhamento e apoio jurídico. Daí que para as Juntas de Freguesia facilitaria. Agora, tinham que ver como isso poderia ser feito, porque em termos de tramitação era muito complicado. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** se pronunciar sobre a matéria, tendo salientado que, face à necessidade de compatibilizarem uma intenção, que achava ser positiva na proposta ali apresentada pelo PPM, mas tendo presente as asserções que lhes pareciam, de facto, ajustadas e que faziam todo o sentido, levadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Dume e Semelhe, o que sugeria ao PPM para poderem votar, era que fizesse algumas alterações ao texto da recomendação, no sentido de que incluísse não apenas a harmonização das taxas praticadas para o setor, que ficasse clarinho, que ficasse salvaguardado, que continuavam a ser receitas integrais das Juntas de Freguesia e que havia necessidade de afinar todos os outros procedimentos que hoje estavam imputados às Juntas, relativamente àquela matéria. Como se tratava de uma recomendação, não lhes parecia particularmente grave, mas era importante, que no texto do documento ficassem salvaguardados, pelo menos, aqueles três aspetos, para que a recomendação fosse exequível e salvaguardasse as questões que o Sr. Presidente da Junta ali apresentou. Julgava que assim estariam em condições de votar favoravelmente a proposta que ali foi levada. O proponente aceitou as salvaguardas propostas, passando a ter a seguinte redação na parte deliberativa: “Por essas razões, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia trinta de abril de dois mil e vinte e um recomenda ao Ministério do Ambiente/DGAV que proceda a uma alteração legislativa que tenha em conta: A implementação de um mecanismo de envio de referências multibanco aos donos

dos cães que garanta por um lado, a salvaguarda integral das receitas dessas licenças por parte das Juntas de Freguesia e, por outro lado, a harmonização das taxas a nível nacional, sendo que o principal objetivo seria a simplificação da obtenção das licenças dos animais de companhia sem a necessidade de deslocação às Juntas de Freguesia!”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** para proceder à apresentação de uma **Recomendação** do seguinte teor: “Palácio do Biscainhos - Desocupar a ala nascente para permitir candidatura a fundos comunitários. O Palácio dos Biscainhos, incluindo o respetivo jardim, está classificado como Imóvel de Interesse Público desde mil novecentos e quarenta e nove (Decreto-Lei número trinta e sete barra trezentos e sessenta e seis. Em mil novecentos e sessenta e três todo o conjunto monumental - edifício e jardim barroco - foi adquirido pelo Estado para instalação do Museu dos Biscainhos e registado como propriedade da antiga Junta Distrital de Braga. Apesar de a gestão do Monumento ser da responsabilidade do Ministério da Cultura, em dois mil e onze, o então presidente da Câmara Municipal de Braga, Engenheiro Mesquita Machado, instalou na ala nascente do Palácio e Museu, a Associação de Reformados dos TUB que, desde então, ocupa o espaço. Neste momento há a possibilidade de candidatura ao novo quadro comunitário, para a reabilitação do edifício, o que implica a organização do respetivo processo. Processo que poderá ser inviabilizado enquanto a referida Associação ocupar a ala nascente do Palácio. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Braga recomenda ao Executivo Municipal que, com carácter de urgência e em diálogo com Associação de Reformados dos TUB, disponibilize um espaço, ainda que provisório, para a instalação daquela associação de modo a que, já na próxima semana, avancem os

trabalhos preparatórios da candidatura e não seja perdida esta oportunidade de requalificação do edifício e, conseqüentemente, do património da cidade”. Aberto o debate, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** para informar que a CDU já teve oportunidade de reunir com a associação em causa e de propor isso mesmo na Câmara Municipal. O imbróglio, a situação criada dependia, unicamente, dos esforços do Executivo Municipal, principalmente, na procura de soluções para albergar, temporariamente, a associação, na medida em que até a administração dos TUB, já tinha previsto arranjar instalações para os acomodar nas obras que previa fazer nas oficinas. Portanto, era esse período entre situações que convinha salvar e, nesse aspeto, subscreviam o que o Bloco ali propôs, aliás, porque ia em linha com aquilo que propuseram, mas não deixavam de responsabilizar o Executivo Municipal pela necessidade objetiva de arranjar uma solução muito rápida para albergar aquela associação e poder desbloquear aquele processo quanto antes. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para salientar que, de facto, aquele era um tema que a todos devia envolver, e a todos devia mobilizar, era um tema importante, era uma ambição, julgava, dos Bracarenses há muitos anos. O Município desenvolveu já diligências várias, inclusive, a matéria foi até já discutida e falada nas assembleias da CIM - Comunidade Intermunicipal do Cávado, já há bastantes anos. E tinha havido, relativamente àquela matéria, uma boa articulação entre a Sra. Diretora do Museu e o Executivo. E foi ainda recentemente, que a Sra. Diretora comunicou ao Executivo, o andamento de todo o processo, dando nota da boa articulação que foi encontrada com o Secretário de Estado da tutela, o responsável do Governo por essa matéria e apelava não só, que avançasse com prioridade a obra de recuperação, onde eram as antigas

instalações da Assembleia Distrital, como falava também, dum investimento e da necessidade de se aproveitar a oportunidade para recuperar os jardins que eram, de facto, de grande beleza e que tinha uma parte mais abaixo, com necessidade de ser recuperada, mas era de grande valor ambiental e patrimonial e que devia ser colocada, com melhores condições ainda, à fruição de todos os Bracarenses. Em qualquer dos casos, a associação que lá estava sediada precisava e merecia instalações para poder continuar a desenvolver a sua atividade e estavam certos que o Município iria colaborar, para encontrar uma solução, para a sua instalação. Por isso, já havia um diálogo entre a tutela, a Direção do Museu e a Câmara, mas em qualquer dos casos, nestes processos, importante era que não haja “delay” no tempo, que fosse apresentado em tempo e, por isso, lá estavam para votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, porque achavam que era uma recomendação positiva e que vinha precisamente colocar ainda mais pressão em todo o processo. Mas era importante que ficasse claro que havia diálogo, havia trabalho, que havia boas notícias, havia expectativa de haver apoios, mas era importante não se perder tempo, porque já se percebeu que os projetos também eram muitos em todo o País e, uma vez que o Sr. Primeiro Ministro estava a pedir o empenho de todas as Câmaras Municipais, viram isso nas notícias, hoje, durante todo o dia, naturalmente tinham que corresponder. E uma vez que a proposta ia nesse sentido, naturalmente, era com gosto que a sua bancada se associava e votava favoravelmente. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Usou da palavra o Sr. **Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** para, numa **Declaração de Voto**, destacando que votaram a favor, obviamente, e a solução tinha que ser encontrada muito rapidamente. Dizer que era com alguma alegria que viam a Coligação PSD/CDS-PP juntar-se a isto e exigir de alguma forma a

urgência, na medida em que dois mil e catorze, aquando duma visita do Presidente da Câmara, já na altura, Ricardo Rio, a essa associação lhes foram prometidas novas instalações, novos espaços e, portanto, desde essa altura, sabia que eles estavam numa posição deficitária. Também, desde há muito, que se sabia que o Museu procurava uma solução de obras e que tinha que se encontrar uma solução para isso e, portanto, era única e exclusivamente da responsabilidade do Executivo ter-se deixado arrastar a situação ao ponto em que chegou atualmente, e isso, de alguma forma, entristecia-os e não poderiam deixar de o denunciar. Os trabalhadores em questão, não deixavam de ser trabalhadores municipais, neste caso, reformados, antigos trabalhadores municipais, e que deram a sua vida de trabalho e a sua força de trabalho em prol do Município e, portanto, não mereciam ficar de todo esquecidos, nem descalços e, obviamente, que aquele imenso património que ali estava, não podia ter outra solução que não a sua reabilitação e a sua recuperação e a colocação ao usufruto dos Bracarenses. Desde dois mil e catorze a dois mil e vinte e um, muito tempo passou e muito mais facilmente se poderia ter feito, em vez de estarem, agora, em cima do joelho, a cozinhar soluções. De seguida interveio o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO** para apresentar uma outra **Recomendação**, que dizia: “No seguimento das conclusões do primeiro Encontro Nacional de Conselhos Municipais da Juventude, que decorreu em Braga, nos dias vinte e três e vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e um, e da discussão precedente dos diversos grupos de trabalho, compostos pelas organizações de juventude bracarenses, o CDS-PP e Juventude Popular acreditam que seria benéfico para a cidade a promoção de eventos que fomentem o contacto direto e periódico entre os jovens bracarenses e as organizações de juventude, associações e instituições de ensino secundário, profissional e superior. Braga,

para além de ser a cidade mais jovem do país, é um dos concelhos portugueses com maior número de organizações associativas e de juventude, e atualmente existe uma feira formativa e educativa "Four U MINHO" coorganizada pela Universidade do Minho e partilhada/alternada entre os municípios de Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão e cuja realização se encontra intermitente. Desde dois mil e dezanove que a Universidade do Minho decidiu promover uma outra feira alternativa nas suas próprias instalações, designada de UPA (UMinho de Portas Abertas); No entanto, acreditamos que a promoção de uma feira anual da mostra formativa, educativa, associativa e de juventude do Município de Braga será uma mais valia, uma vez que criará condições para que haja uma verdadeira aproximação dos jovens bracarenses ao tecido associativo e educativo criando de forma concomitante a possibilidade das diversas organizações do concelho contactarem diretamente com os jovens, à semelhança de feiras já existentes, como a Futurália, em Lisboa e a Qualifica, no Porto, que são nacionalmente reconhecidas como um verdadeiro sucesso e que recebem milhares de jovens anualmente. A trinta de abril de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Braga reuniu-se para propor a seguinte recomendação: Que a Câmara Municipal de Braga analise a possibilidade da criação de uma feira anual da mostra formativa, educativa, associativa e de juventude do Município de Braga". Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. O **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** interveio para produzir uma **Declaração de Voto** que revelava que não foi ali falar da Juveminho, que foi uma realização muito importante, mas para dizer que o Partido Socialista votou favoravelmente a proposta, mas convinha recordar que, efetivamente, no passado, a Câmara Municipal de Braga, se associou a uma mostra educativa que teve uma dinâmica e uma repercussão enorme no distrito e

onde o Município de Braga esteve representado, através de todos os agentes educativos do concelho e que, realmente, marcou uma época de grande evolução educativa, não só no concelho, como também no distrito e no País. Portanto, ficava também ali a memória e, se calhar, voltar a fazer isso, parecia-lhe de grande interesse, porque a dinâmica educativa e a educação deviam ser uma prioridade permanente deste concelho. Prosseguindo, passou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para apresentar uma **Recomendação** com o seguinte conteúdo: “Ultimamente, as Freguesias têm-se deparado com o agravamento de descargas de lixo de obras, mobiliário, sanitários e, como o povo costuma dizer, com descargas de "tudo e mais alguma coisa". Esta situação não é nova, mas as descargas têm aumentado a um ritmo avassalador e a AGERE, que não tem uma equipa de recolha específica dedicada a este tipo de lixo, embora com boa vontade, não consegue responder aos diversos pedidos de intervenção. Dada a gravidade da situação, um serviço em “part-time”, que é realizado uma ou duas vezes por mês, isto é, quando a AGERE tem disponibilidade de viatura e de recursos humanos, não responde e muito menos resolve este problema de poluição ambiental. Por diversas vezes, o lixo é recolhido e, passado pouco tempo, é depositado, exatamente no mesmo sítio, mais lixo. Como sabemos, as pessoas que têm este tipo de atitude inqualificável e reveladora de uma enorme falta de civismo e de respeito pelos outros e pelo meio ambiente, pensam que, se já tem lixo, não há problema em pôr um pouco mais. Lixo faz lixo! As Freguesias não têm meios para fiscalizar, nem recursos humanos e logísticos para resolver este problema que é um atentado ao meio ambiente. De acordo com o que conseguimos apurar, a criação de uma equipa a tempo inteiro, na CMB ou na AGERE, neste momento, este serviço está alocado à AGERE, teria

um investimento de cerca de cem mil euros a cento e vinte mil euros na compra de um camião com grua e exige a alocação de dois ou três assistentes operacionais. Consideramos que é um investimento residual para os proveitos ambientais e sociais que rapidamente se obteriam. Assim, o Executivo da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, recomenda à Câmara Municipal de Braga que: Um - Seja criada, no Município de Braga ou na AGERE, uma equipa, a tempo inteiro, de recolha deste tipo de lixo, com meios humanos e materiais para serem eficientes na execução da tarefa; Dois - Em articulação com outras entidades, PSP, GNR e Polícia Municipal, seja melhorada a fiscalização e aumentadas as rondas nos locais onde habitualmente é depositado o lixo; Três - Em articulação com as Juntas de Freguesia, seja desenvolvida uma campanha publicitária de sensibilização da população para este grave problema de poluição ambiental; Quatro - Caso seja possível, não seja cobrada qualquer taxa pela recolha de pequenos restos de obra, evitando assim que sejam depositados clandestinamente pelas freguesias a céu aberto”. Aberta a discussão, usou da palavra **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** para salientar que, naturalmente, agradeciam a sensibilização que foi feita para aquele problema, que era um problema grave, mas queriam dizer que a Câmara tinha sido, ao longo do tempo, sensível àquele problema. E fazia um apelo à memória dos presentes, para lembrar o trabalho pesado, extenso, dedicado, empenhado e também bastante publicitado do Sr. Vereador Altino, que fez um levantamento, fez um trabalho extenso de irradicação dessas pequenas lixeiras, que se foram constituindo ao longo do tempo no nosso concelho. Infelizmente, era algo que se ia sempre renovando e havia sempre, de facto, pessoas que, na calada da noite, ou em muitas outras circunstâncias, para não pagar as taxas de depósito desses materiais no aterro, iam optando por ter esse comportamento pouco cívico. Com

a passagem dessa responsabilidade para a Agere, a Agere tinha um trabalho hercúleo por todo o concelho. Teve o cuidado, antes de dizer o que estava a dizer, de ter feito um contacto com o responsável pela matéria, para saber em concreto quais são os meios alocados a esta função. Perceberam que essa preocupação era uma preocupação grande dos Srs. Presidentes da Junta e o problema estava ali levantado e exigia, de facto, dedicação, empenho e meios. Mas o Sr. Administrador, Rui Morais, garantiu-lhe, ali, que, relativamente a essa matéria, a equipa da Agere tinha três equipas e dois camiões grua, alocados só a essa função, a tempo inteiro, com os homens a cumprirem essa tarefa. Que um dos grandes problemas que tinha nalguns casos para remover muitos desses pequenos aterros, desses pequenos depósitos de restos de obras e afins, era o facto de muitos destes materiais serem depositados em terrenos privados e a Agere, só em determinadas circunstâncias, primeiro tinha que notificar e não podia remover sem a autorização dos proprietários. Em qualquer dos casos, a realidade evidenciada pela administração da empresa, não era aquela que ali foi presente no texto da recomendação do Sr. Presidente da Junta e, de facto, ter três equipas com dois camiões grua, a tempo inteiro, com oito pessoas, parecia-lhes, de facto, adequado. Poderia, eventualmente, justificar que fosse reforçada, mas não era o cenário tão pobre, como aquele que foi ali apresentado pelo Sr. Presidente da Junta. Por isso, naturalmente, partilhando a preocupação, mas cumprindo a obrigação de ser rigorosos e fazendo fé na informação que lhes foi disponibilizada, iriam votar contra aquela recomendação. Voltou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para salientar que quando falou isso, também se informou e se tinha três equipas, não as conhecia e sabia que não existiam e também podia assegurar-lhe que não

existiam. Dizia-lhe mais, se tinha três equipas, poderia enumerar três ou quatro lugares, que já estavam comunicados, há meses à Agere, e não havia meios para ir lá buscar. Bastava ir à beira da Quinta Pedagógica, nos quatro caminhos, estava lá uma sanita e outro tipo de sanitários há mais de um mês; bastava ir ao Carvalhedeiro, tinha também lixo há mais de um mês; bastava ir à Rua do Gontijo, estava lá há mais de dois três meses, porque não havia equipas, não havia meios. Também tinha essa informação e também era fidedigna. “Agora não sei se a minha é menos do que a sua”. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e um votos contra, com seis abstenções e com vinte e seis votos a favor.** O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** usou da palavra para um **Protesto**, referindo: “Somos uma Assembleia de gente livre e digna. Somos uma Assembleia que se deve valorizar e que tem história. E aqui todos temos que ser tratados com dignidade. E as pessoas são livres de votar como muito bem entendem, sejam Presidentes de Junta, ou sejam eleitos diretamente pelo povo. E, infelizmente, temos pessoas da bancada do Partido Socialista, normalmente o mesmo, que, de facto, profere afirmações que não são adequadas a um espírito de democracia e ao funcionamento desta casa. Dizer em voz alta “parecem carneiros”, não é um comportamento democrático, educado, elegante, adequado ao comportamento desta casa. O sítio onde se produzem as intervenções é aqui. Os apartes são regimentais, mas a má educação deve ficar lá fora”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** para dar nota que, obviamente, não podiam deixar passar em claro o protesto do Deputado João Granja. O Deputado João Granja estava naquela Assembleia, era, provavelmente, o Deputado eleito há mais tempo e era pena que não se recordasse que, algumas vezes no passado, quando o Partido Socialista liderava a

*Câmara Municipal e alguns autarcas do PSD votavam de cabeça baixa ao lado do PS, ali ouviram comentários similares. Portanto, a história de ir dar lições de moral, quando no passado, e o interveniente que era um jovem, mas com alguns anos já daquela, Câmara recordava-se bem de situações similares. Entendiam e estavam de acordo, que tal não deveria acontecer, mas que as lições de moral, para quem não tinha aquilo que foi em determinados momentos um inatacável dever de exemplo, deveriam também ficar lá fora. Retomou a palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** que salientar que: “Naturalmente que o protesto tem dado origem a um contraprotesto tem direito a uma resposta que é aquela que pretendo exercitar. Não preciso de fazer apelo dos mais de trinta anos que tenho na casa, porque isto não é um quartel, a antiguidade aqui não é um posto. Mas perdeu uma boa oportunidade de ter ficado calado, porque primeiro, são todos uns carneiros, não é expressão que use nem aqui, nem em lado nenhum, nem hoje, nem nunca. E se formos abrir o canal história e reproduzirmos aqui, e alguns desses episódios estão em ata, o comportamento desta Assembleia, quando o PS era maioritário e o comportamento do Presidente da Câmara, na altura, que muitas vezes insultou de forma sistemática, Deputados Municipais, jovens que falavam da primeira vez, como estratégia para os inibir de intervir nesta casa, então temos uma longa novela para discutir para esta noite. Mas se quer que o PSD abra o livro temos muita matéria. Percebemos que veio aqui de forma elegante, defender a honra da bancada. Percebemos e respeitamos e julgo que a um jovem Deputado fica muito bem tentar amaciar o tema, mas isto não retira a gravidade àquilo que aqui hoje aconteceu. Se quiser falar do canal história, temos muita coisa para conversar. Agora, o que nos parece é que muitas vezes, nestes órgãos, são protagonistas como estes, com este comportamento, que desvalorizam e criam má fama a este*

tipo de democracia que se exerce nestas circunstâncias. E o que é importante é que fique claro, é que o órgão e a maioria dos que cá estão, não partilham este comportamento. Sabemos que o Partido Socialista, enquanto bancada, também não valida este tipo de comportamento. Vamos é tentar aproveitar este incidente, para que não se volte a repetir”. Interveio, ainda, o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** “Apenas dizer, também, que todos temos memória do que aconteceu no passado e, naturalmente, há sempre aqui produtores cinematográficos, que podem abrir filmes, até podem alguns ser a preto e branco. A si conheço-o como pintor de quadros e também produtor cinematográfico de “Kramer contra Kramer” Ainda o hei-de ver a escrever a Ressurreição numa versão diferente do Tolstói. Tem mais alguma coisa alegar em sua defesa? Posso continuar? Então com a permissão do Deputado João Marques, que não sei se continua a ditar leis, de qualquer forma para dizer que é evidente que o PS, na voz do Deputado Pedro Sousa, já veio dizer que este tipo de atitudes não deve ser aqui praticado, dignificando dessa forma este órgão. Mas é evidente que a nossa memória também nos leva a perceber que no passado, houve muita coisa feita por outros, também. E lembro-me que não houve insultos, e também podemos abrir o canal de pessoas que, quando alguém estava aqui também a discursar ou a debater algum assunto, havia quem se levantasse da bancada, eleitos a insultar. Portanto, não vale a pena estarmos agora aqui a arranharmo-nos uns aos outros, desnecessariamente, até porque isso torna-se num exercício muito complicado, a sério, que não há aqui virgens no meio disto tudo. Todos nós temos os nossos pecadilhos e só pensar que os outros é que efetivamente se portaram mal, não me parece correto. Aliás, todos nós sabemos, que a culpa nunca morreu solteira, nem a razão morreu viúva. Por outro lado, e agora em tom mais brincalhão, dizer que então não era o Deputado João Granja,

que vinha aqui dizer que o Sr. Presidente da Câmara, Eng.º. Mesquita Machado nunca cá vinha? Afinal vinha cá para insultar. Em que ficamos? Ele vinha ou não vinha? Acho que devemos encerrar isto com alguma dignidade. O que se passou foi, efetivamente, uma cena que não se deve repetir, mas aqui não podemos estar a acusar uns aos outros, o que outros fizeram no passado, ou que agora é que é bem, no passado é que foi mau. Portanto, acho que estamos aqui todos com o mesmo sentido como, aliás, já foi dito quer pelo Deputado João Granja, quer pelo Deputado Pedro Sousa, para dignificar esta Assembleia. Só vim aqui para dar voz àquilo que deve ser uma unidade naquilo que interessa a todos, que é debater os problemas do Município, apresentar contrapropostas, debater e apresentar soluções para os problemas que nos afligem”. Posteriormente foi presente uma outra **Recomendação**, pelo **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, que dizia: “Como é do conhecimento público, a Feira, à quinta-feira e ao sábado, realiza-se em frente ao Estádio Municipal, em Dume. Ao domingo, realiza-se também a designada “Feira dos Passarinhos”. Estas feiras envolvem muitos feirantes, que são visitados por centenas de populares. Embora este local seja provisório, o facto é que nesta zona circulam e passam lá muitas horas várias centenas de pessoas. Todavia, nesse local, não há sanitários públicos, quer para os feirantes, quer para os visitantes. À União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe têm chegado várias queixas que relatam diversas situações humilhantes de pessoas a urinarem contra a parede ou, no caso de senhoras, à procura de um local mais escondido. Estas situações são degradantes e humilhantes. Além de indignas para um ser humano, podem pôr em risco a saúde pública e conspurcam o espaço envolvente, que é uma referência concelhia e nacional. Assim, o Executivo da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, recomenda à

Câmara Municipal de Braga que, urgentemente, sejam instalados, embora provisórios, sanitários públicos, com limpeza e higienização regular, à semelhança do que acontece na Noite Branca o no São João”. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** para dizer que aquele problema era de facto um problema que fazia todo o sentido, mas era preciso lembrar, que durante o tempo da pandemia, os sanitários estiveram encerrados. Em qualquer dos casos, aquela zona era servida, apenas, pelo equipamento sanitário do bar do Sr. Francisco, que era aquele espaço pequenino, que estava ali instalado, que manifestamente não tinha condições para responder às necessidades da zona, muito menos o Sr. Francisco tinha um equipamento adequado à dimensão da necessidade. Sabiam que que a Câmara Municipal de Braga estava em negociações com o clube para disponibilizar, inclusive, equipamentos do clube e a situação estava em vias de ser superada de forma positiva. Em qualquer dos casos, uma vez que estava em curso e estava identificada essa necessidade, mesmo sabendo que havia essa diligência em curso, iriam votar favoravelmente a recomendação apresentada, precisamente para traduzir essa conjugação de esforços e fazer elevar a voz, para que com brevidade, se resolvesse bem um problema que estava identificado e que era, de facto, uma necessidade premente e que convinha ter também o equipamento do lado do exterior, que pudesse corresponder a essa necessidade. Agora, sabiam que isso não era fácil, porque o Sr. Francisco, o proprietário do bar que lá estava instalado, já solicitou o equipamento com essas caraterísticas, mas isso tinha que ser compatibilizado, não apenas pelas questões arquitetónicas associadas ao Estádio, como tinha, também, de ser articulado com as forças de segurança, porque uma estrutura dessa natureza, tinha que ter determinadas caraterísticas, que não viessem potenciar problemas de segurança, razão pela qual era

importante que essa questão fosse bem resolvida, salvaguardando esses aspetos e julgava ser esse o espírito da preocupação geral, que a própria Assembleia subscrevia ao votar a recomendação que o Sr. Presidente da Junta ali foi apresentar. A necessidade era permanente e em qualquer dos casos tinha que haver resposta a essa necessidade permanente. Havia diálogo em curso, mas era um problema que existia, tinha que ser resolvido, a Assembleia estava a chamar a atenção para ele e ali estavam para votar favoravelmente na parte que lhes dizia respeito. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. Depois foi presente ainda uma outra **Recomendação**, pelo Sr. **Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, que dizia: “De acordo com o número um do artigo nonagésimo terceiro da Lei de Bases do Património Cultural Português, “os municípios participam com o Estado na tarefa fundamental de proteger e valorizar o património cultural do povo português”. Justamente, uma das formas de proteção do património cultural é, de acordo com este Regime Jurídico, a classificação de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais relativos ao património cultural, histórico, arqueológico, arquitetónico e artístico. Reconhecendo que nos últimos tempos tem existido pelo atual executivo algum interesse na classificação de alguns sítios e bens, avançando e promovendo a sua classificação junto da Direção Geral do Património Cultural (doravante designada por DGPC), a verdade é que relativamente ao Centro Histórico de Braga ainda não se iniciou formalmente o reconhecimento legal deste conjunto para classificação em uma das categorias reconhecidas pela referida Lei de Bases, pese embora algumas notícias que davam como certo que este executivo avançaria para a sua classificação. Não será porventura necessário dirimir aqui a importância histórica e arquitetónica da cidade e do seu centro histórico, não só no seu contexto nacional, mas também

transnacional, desde a sua fundação até aos dias de hoje. O Centro Histórico da Cidade e os seus méritos são constantemente exaltados pelo executivo e pela assembleia municipal, principalmente durante o período eleitoral, contudo a sua classificação legal tarda acontecer. Tal classificação permite não só a Valorização Nacional do Centro Histórico Bracarense, como também a proteção e manutenção da sua integridade para que as decisões da sua preservação não fiquem apenas e só nas mãos de executivos melhor ou pior intencionados. Na verdade, a tendente destruição do Centro Histórico que queríamos ter sido encerrada com o dealbar do século vinte e um parece hoje mais ameaçada e nem o PDM parece conseguir proteger. Efetivamente, não nos podemos esquecer dos regimes excecionais ao PDM recentemente autorizados por esta Assembleia relacionados com os edifícios sitos no Largo Paulo Orósio ou na Avenida Central, junto ao Recolhimento das Convertidas. Os artifícios usados pela maioria no executivo municipal no sentido de permitir alterações ao PDM obrigam a uma maior atenção por parte quer da comunidade bracarense em geral, quer por parte das instituições que tutelam o património cultural em particular, justificando-se assim a proteção e classificação do Centro Histórico de Braga. Mais que vasta áreas da cidade já se encontrem ao abrigo de Zonas Especiais de Proteção, a verdade é que restam muitas outras sem qualquer enquadramento legal. Só intra perímetro amuralhado romano e medievo temos sem qualquer tipo de Proteção o Largo Paulo Orósio e início da Rua do Alcaide, a Rua Jerónimo Pimentel, o quarteirão formado pela Rua Eça de Queirós e a Praça Conde Agrolongo, o gaveto Este do Campo das Hortas, a Rua de São Sebastião, bem como secções da Rua Dom Afonso Henriques e da Rua D. Gonçalo Pereira, entre outras. Apenas e só com a classificação jurídica do Centro Histórico da Cidade de Braga, em qualquer uma das categorias definidas da Lei de Bases, permitirá a verdadeira

*proteção do património histórico e arquitetónico da cidade, impedindo que ventos do passado e do presente promovam ainda mais a obliteração e condenação da cidade. Assim, pelo exposto, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a trinta de abril de dois mil e vinte e um, recomenda ao executivo municipal que: Promova de imediato junto da DGPC o início do Procedimento Administrativo de Classificação do Centro Histórico de Braga, ao abrigo dos números um, dois e três do artigo vigésimo quinto da Lei de Bases do Património Cultural Português”. Colocada à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** para dizer que naturalmente não concordavam com muitos dos considerandos que ali foram apresentados, nomeadamente com as alusões a delapidações que, de facto, não percebiam ao que estavam a fazer alusão. Era preciso notar bem, que o que estava ali em causa, mais do que o próprio PDM era o regulamento do Centro Histórico e que no que dizia respeito a intervenções no Centro Histórico, havia a necessidade de todas as intervenções terem o parecer da DRCN, que até era um organismo governamental, especializado, com técnicos qualificados, naturalmente precisavam de validar qualquer tipo de intervenção ao nível do centro histórico, razão pela qual, apesar de não concordarem com as asserções, o princípio da proposta apresentada parecia-lhes positivo e iriam votá-la positivamente. No entanto, obviamente, queriam-se demarcar desses considerandos, até porque não correspondiam à verdade e, naturalmente, tinham esses mecanismos de salvaguarda a que deveriam ter feito alusão e que, de facto, eram objetivos, eram concretos e quem trabalhava no meio conhecia-os bem. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, interveio para proceder à apresentação de outra **Recomendação** do*

seguinte teor: “São varias as ruas e passeios em péssimo estado, ou por executar, na freguesia de Gualtar. Umas das razões principais, para este "estado da arte", foram a instalação de infraestruturas subterrâneas das quais resultaram centenas de "remendos" nos pisos de betuminoso e calçada por toda a área da freguesia. Tais "remendos" só deveriam aceitar-se de forma temporária e nunca como a solução final da intervenção. São dezenas de locais (por vários quilómetros) em estado de degradação inaceitável dos pisos. Existem também, na nossa Freguesia, vários loteamentos, em construção (há mais de quinze anos), cujo piso ainda é provisório e muitos metros de passeios que estão por executar criando uma situação verdadeiramente abstrusa de descontinuidade inaceitável onde, atualmente, crescem ervas na terra, impedindo a circulação das pessoas, sobretudo as de mobilidade reduzida. A somar a tudo isto estamos ainda a aguardar que a Câmara Municipal transfira a competência da manutenção dos passeios, entregues à AGERE e proceda à delegação dessa competência na Junta de Freguesia nos moldes das restantes. Lembro aqui que só estão entregues os caminhos e não as áreas urbanas. Se existe alguma manutenção dos passeios atualmente, a mesma é realizada sempre a expensas da Junta recebendo a AGERE a verba para um serviço que não está a executar em Gualtar. Assim: É urgente obrigar as empresas que executam as obras de infraestruturas, nas vias municipais, a repor devidamente a situação inicial das mesmas. Caso estas entidades não o façam deverá o Município reter, às mesmas, um valor que permita posteriormente a execução condigna das reparações das vias; É premente a execução de muitos metros de passeios que estão há décadas por efetuar (como é o exemplo da Rua José Maria Rodrigues e Rua Celestino Lobo). É premente solucionar as dezenas de ruas inacabadas (e sem saída) de acordo com vários pedidos efetuados por esta autarquia; É necessário encontrar em definitivo uma

solução para a limpeza das ervas que crescem nos passeios urbanos delegando na junta essa tarefa com um envelope financeiro no âmbito dos acordos de delegação de competências; Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente a trinta de abril de dois mil e vinte e um, recomenda que: O Município, altere os regulamentos de taxas, de modo a obrigar as empresas que executam infraestruturas a fazer a reparação das vias nas quais fazem as intervenções, evitando-se o resultado atual e passando a Câmara a ter o poder de impor essas responsabilidades; O Município proceda com urgência ao levantamento exaustivo dos pavimentos degradados na Freguesia e faça a sua reparação, com a máxima urgência, nomeadamente das ruas e nos passeios há muito solicitados pela Freguesia de Gualtar; Que seja definitivamente feita a delegação nas freguesias das competências de limpeza dos passeios urbanos juntamente com um envelope financeiro respetivo”. Usou, a propósito, da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para dizer que percebiam, respeitavam e compreendiam as reivindicações próprias de um Presidente de Junta e percebiam, naturalmente, as preocupações e as ambições, ali expostas pelo Sr. Presidente da Junta de Gualtar. Aliás, percebiam em qualquer momento e ainda percebiam melhor, naquela altura em que as eleições autárquicas se aproximavam. Mas não era por a questão ser suscitada agora, que ela deixava de ser menos importante. Dividiria a questão, a resposta em três partes. Uma primeira, para dizer que o Município já tinha os instrumentos legais ao seu dispor e já intervinha quando os empreiteiros não executavam as obras em conformidade e, por isso, as retenções, os mecanismos de retenções, os termos legais de retenções ou de garantias, podiam e deviam ser instituídos e eram constituídos nos termos da lei, sempre que necessário, mas havia, também, sempre a possibilidade, em casos de obra defeituosa, de haver

digamos a exercitação de mecanismos de responsabilização, não apenas financeira, como, também, de reparação, nos casos em que o Município optasse por esse caminho. Por isso, em relação a essa matéria, era apenas, que o Município estivesse, de facto, atento a essas situações, que dialogasse com os autarcas, que fizesse as peritagens necessárias e que os serviços jurídicos atuassem em conformidade. Uma segunda nota para dizer que havia, de facto, um regulamento que estava em preparação sobre esta matéria, julgando que já deveria ter sido aprovado, em qualquer dos casos era um trabalho que estava em curso, que era delicado, mas que, de facto, urgia para, no fundo, ajudar o Município a gerir as prioridades de intervenção, mas em qualquer dos casos, julgavam que, depois dum tempo, que foi longo, não apenas nos mandatos anteriores, mas, também, no início deste mandato, hoje, era óbvio, visível, constatável e objetivo, que havia uma preocupação grande de intervir em muitas frentes, em diversificadas frentes, tanto ao nível da cidade, como nas freguesias rurais e em muitas frentes do concelho. Julgava, em relação a isso, que os contratos quadro foram, de facto, um instrumento muito poderoso para ajudar a resolver e a debelar grande parte destes problemas. Em qualquer dos casos, sem prejuízo de acharem que havia ainda procedimentos e diálogo com as autarquias que devia ser feito e que, inclusive, devia haver uma calendarização num prazo dilatado das intervenções ao nível das vias, de forma a que houvesse longos períodos sem haver intervenção e investimento neste setor para que não se chegasse à fase que tiveram há alguns anos, de maneira a evitar grande e maior degradação das vias. Agora, o Município estava atento. O Município tinha sido atuante. O Município tinha consciência dessas prioridades, tinha feito a afetação de verbas, tinha dialogado com os Srs. Presidentes de Junta, razão pela qual achavam não fazer sentido votar favoravelmente uma recomendação daquele teor.

Voltou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para, dirigindo-se ao orador anterior, dizer que não estava em campanha e se estivesse, estava desde a primeiro ano do mandato, porque já ali foi, várias vezes, apresentar moções do mesmo teor e recomendações do mesmo teor. Portanto, para quem estava ali há tanto tempo, devia ter notado que a Junta de Freguesia de Gualtar não era a primeira vez que lá ia por causa daqueles assuntos. Portanto, não estava em campanha e mesmo que fosse ali a primeira vez, mesmo que o fizesse, era um direito que lhe assistia porque, obviamente, o seu mandato ainda não terminou e, portanto, tinha que reclamar. Mas dizer-lhe três ou quatro coisas, nomeadamente que a reclamação que ali foi feita, não era uma reclamação de Gualtar, se calhar, era uma reclamação com que muitos Presidentes de Junta se identificariam. Não estava a atribuir a culpa à Câmara, a Câmara tinha feito o seu trabalho e muito disso. O que ali se passava era que as vias eram reparadas, muitas vezes, de forma que não era correta, eram remendos que, obviamente, dentro desse espaço de tempo que decorria acabavam por ter abatimentos e tornavam essas vias praticamente intransitáveis. Portanto, foi desse ponto de vista que levou aquela recomendação. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e dois votos contra, com dez abstenções e com vinte e três votos a favor**. A **SENHORA PRESIDENTE DA MESA** passou a ler uma **Recomendação do B.E.**, cujo conteúdo referia: “O Estádio primeiro de Maio, obra de João Simões e inaugurado em mil novecentos e sessenta, é uma estrutura de betão e granito, simétrica, com uma entrada principal decorada com dois painéis de bronze, em alto-relevo, do escultor Barata Feyo. Está classificado como Monumento de Interesse Público desde dois mil e doze, devido ao seu interesse simbólico, valor estético e técnico e conceção arquitetónica. Está integrado numa zona especial de

proteção que engloba o Parque da Ponte e a envolvente próxima do Estádio, pelo que qualquer intervenção, ocupação ou utilização está condicionada por força da lei. Em vinte e sete de agosto de dois mil e vinte, um acidente derrubou do Pórtico. Os valiosos painéis escultóricos que ladeiam a entrada do Estádio, a Porta da Maratona, apresentam sinais de degradação e de abandono. Todo o edifício, devido à falta de manutenção e às infiltrações está em avançado estado de degradação. O Bloco de Esquerda propõe a esta Assembleia que recomende ao Executivo Municipal que desenvolva, com carácter de urgência, os procedimentos necessários à recuperação deste importante equipamento e monumento. Recomenda ainda que no Estádio primeiro de Maio seja instalado um serviço municipal que integre uma equipa de técnicos e professores de desporto, com vista à implementação e desenvolvimento da prática desportiva no concelho de Braga; Aquele serviço deve ser acessível, geral e gratuitamente, por todos os munícipes interessados na prática desportiva, individual ou coletiva, de forma amadora, federada ou não federada. O projeto deve integrar todas as modalidades que seja possível, e, além do Estádio primeiro de Maio, devem, posterior e gradualmente ser anexados a este projeto, todos os equipamentos desportivos desde o Parque das Camélias até ao Campo da Rodovia, assim construindo, de facto, uma verdadeira capital do desporto e da cultura desportiva, contrariando a mera propaganda e a cultura monolítica do futebol profissional".

Aberta a discussão, começou por intervir o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** que disse ser uma boa intenção, mas já ultrapassada pelos acontecimentos. A obra já foi adjudicada, devendo começar nos próximos dias, ao nível da reposição do pórtico, feito por uma empresa, com um caderno de encargos adequado àquilo que era a necessidade de reposição da realidade anterior. Já estava, de facto, adjudicada a obra, já era

público. Por isso, não lhe parecia fazer sentido estar a votar naqueles termos. Em segundo lugar, para dizer que, relativamente aos painéis, apenas foi dar aquela explicação, porque a conhecia, porque fez essas perguntas, para preparar uma outra reunião numa outra frente. Aquela era uma informação que, naturalmente, deveria ser o Município a dá-la, mas com muito gosto, a disponibilizava e a partilhava, para dizer que também já iniciou um conjunto de consultas junto de empresas da especialidade, para a reposição dos painéis, aí a questão era um bocadinho mais delicada, porque eram apenas algumas empresas que estavam habilitadas a fazer esse trabalho. Mas esse processo ainda não estava adjudicado, mas já estava em consulta e previa-se que para breve, houvesse boas notícias. Face à inutilidade superveniente do voto ou da recomendação, naturalmente iriam votar contra. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para, dirigindo-se ao interveniente que o antecedeu, dizer que: “Provavelmente a culpa também pode ser nossa, porque não distribuímos a recomendação, mas, de facto, nem sequer propomos lá a reparação do pórtico. Isso é ver uma árvore e não ver a floresta. O que o Bloco propõe nesta recomendação, sugeria que eventualmente ela seja lida novamente, a não ser que os Srs. Deputados queiram votar uma coisa que não compreenderam. Quando o Sr. Deputado João Granja, que é um Deputado avisado, não compreendeu o sentido da recomendação, porque a intervenção dele, ali, deixou toda a recomendação de fora, veio falar na reparação dos painéis e do pórtico, que nem é isso que lá é sugerido, é porque não foi ouvida. Portanto, se querem, de facto, votar alguma coisa, acho que devem ouvi-la, novamente, e votá-la, porque o que está lá é um projeto da cidade desportiva, não tem nada a ver com o pórtico nem com os painéis”. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** para

dizer o seguinte: “Sobre o resto, não nos pronunciamos, porque entendemos não fazer qualquer sentido votar a proposta do Bloco de Esquerda. Em relação ao resto da matéria, porque isso são competências do Município, as opções estão tomadas, estão assumidas, não faz sentido ficarmos vinculados aquele que é o ponto de vista do Bloco, quando temos uma maioria que governa o Município e tem princípios sobre essa matéria, que tem assumidos, implementados, de acordo com as suas opções. Por isso, por falta de tempo é que não nos pronunciamos sobre o resto, mas em qualquer dos casos, em relação a isso, justifica a recusa da vossa recomendação”. Foi, entretanto, solicitada a desanexação dos parágrafos relativos à parte deliberativa. Posto à votação, foi o primeiro parágrafo da recomendação, relativo à recuperação do equipamento e monumento **rejeitado com trinta e nove votos contra e com vinte e cinco abstenções** e o segundo parágrafo da recomendação **rejeitado com quarenta votos contra, com cinco abstenções e com vinte votos a favor**. Apresentou uma **Declaração de Voto** o Sr. **Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA** que dizia que em relação à primeira parte da proposta, obviamente, a acompanhavam, por se tratar de um equipamento que tinha que ser conservado, o mais rapidamente possível por estar em constante degradação e era um monumento de interesse público, classificado em dois mil e doze, por isso, não tinham outra posição se não secundar a posição do Bloco de Esquerda. Relativamente à outra parte da proposta, criam ser necessário fazer-se um debate mais alargado, relativamente ao destino a dar ao equipamento, com associações, com clubes de todos os desportos e não só de futebol, pois tinham no mesmo parque o ABC e também associações e demais participantes nessa área, pelo que se abstiveram nessa parte, pelos motivos ali anunciados. De seguida interveio o Sr. **Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** para, antes de

começar, deixar uma saudação ao vinte e cinco de abril e ao primeiro de maio, aos valores da liberdade e da fraternidade e da democracia e reforçar uma proposta que o Partido Socialista ali apresentou, há pouco mais de um ano, de celebrarem, naquela Assembleia, anualmente, uma sessão comemorativa do vinte e cinco de abril e do primeiro de maio. Passou, depois, a apresentar uma **Declaração Política** do seguinte teor: “O tempo da Coligação ‘Juntos por Braga’, poderá, se, porventura, tal desígnio vier a ser confirmado pelos Bracarenses - entrar em breve para o seu último mandato à frente dos destinos do Município, estando, podemos dizê-lo assim, cada vez mais próximo o ocaso da sua Governação. Ricardo Rio, que pessoalmente respeito e admiro pela sua resiliência e sagacidade políticas, prometeu a Braga e aos Bracarenses um grande projeto de mudança, uma Cidade e um Concelho incomparavelmente melhor do que o que tínhamos no passado, mas, oito anos depois, e salvo algumas honrosas exceções, esta não é, com pena nossa, com pena de milhares e milhares de Bracarenses, a realidade que o dia-a-dia nos impõe. Reconhecemos o trabalho realizado, em grande medida pelo ex-Administrador da InvestBraga, Carlos Oliveira e também do Presidente da Câmara, ao nível captação de investimento, tanto nacional como estrangeiro, e na diplomacia económica, que conheceu, com esta liderança Municipal um novo impulso que se saúda e merece o nosso elogio e reconhecimento. Ainda assim, também nesta área há graves fragilidades, com grande escassez de espaços nos atuais Parques Industriais que, aos dias de hoje, se apresentam ultrapassados, alguns mesmo obsoletos para que indústrias modernas tenham condições para se fixar, prosperar e criar riqueza para as comunidades e para os territórios. Reconhecemos, também, as principais intervenções e conquistas que, do ponto de vista de empreitadas de monta marcaram os dois mandatos da Coligação “Juntos por Braga”. As requalificações

do Parque de Exposições de Braga, do Parque da Rodovia e do Mercado Municipal de Braga (que apresenta alguns problemas que urge resolver), deixam claro quatro coisas: A primeira, que o PS trabalhou sempre no limite do endividamento permitido, mas numa lógica de máximo investimento/máximo desenvolvimento, guindando Braga ao lugar de terceira cidade do país e concelho líder em muitas métricas de desenvolvimento económico, social e humano; A segunda, que por mais que esta maioria repita a história dos esqueletos no armário, a verdade é que herdou um excelente Concelho, com ótimas infraestruturas e pronto para o nível seguinte de políticas públicas; A terceira, e não menos importante, é que mesmo no limite do endividamento, o PS nunca deixou de ter uma visão de desenvolvimento para o Concelho, cumprindo-a, executando-a, ao mesmo tempo que assumia, em pleno, o serviço da dívida; A quarta e última, é que hoje Braga não tem um projeto estratégico de desenvolvimento e isso fica claro num conjunto de intervenções urgentes, de primeira necessidade (de que é exemplo premente o Nó de Inflas) que vêm sendo adiadas, algumas em fase de projeto, outras nem isso, que, infelizmente, tornaram menos boa a nossa vivência coletiva; Outra das áreas em que a liderança da Câmara Municipal mais desqualificou o Município, de forma transversal, foram os serviços Municipais. Reformulações orgânicas desajustadas, Contratações de pessoas de valor profissional altamente discutível, não esquecendo a forma pouco cordial e respeitosa como regularmente se refere aos funcionários municipais, chegando ao ponto de, num exercício verdadeiramente controleiro, instalar torniquetes para limitar as suas entradas e saídas, o que, naturalmente, não ajuda a que haja um bom clima de trabalho na CM. Tudo isto levou a que, hoje, muitos cidadãos digam por aí que não se consegue resolver nada na Câmara Municipal e que sempre que necessitam de alguma coisa do Município encontram problemas

ao invés de soluções. Hoje em dia, é, aliás, conversa comum entre os Bracarenses que se entra na Câmara Municipal com um problema e que vêm de lá com dois ou três. Sintomático. Isto já para não falar dos tempos de espera verdadeiramente escandalosos que hoje demora a emissão de qualquer licença, sobretudo na área do Urbanismo, que quando comparado com inúmeros municípios do país nos deveria fazer corar de vergonha. Mas se é mau que isto aconteça com qualquer cidadão, é ainda mais grave que se passe com aqueles que representam centenas e milhares e de cidadãos, com os nossos autarcas, com os nossos Presidentes de Juntas eleitos nas diferentes Freguesias do Concelho. A extinção do antigo Gabinete das Freguesias, mais um exemplo de uma reformulação orgânica desajustada, faz com que os Presidentes de Junta se vejam obrigados a andar de Divisão em Divisão, de Gabinete em Gabinete e, tantas vezes, percam horas e horas sem nada conseguir resolver. Mas tudo isto resulta de um esvaziar, de um enfraquecer da estrutura técnico-administrativa do Município, responsabilidade exclusiva deste Executivo, que faz com que hoje seja por demais evidente que, em muitas áreas, em muitas divisões, os recursos humanos, os recursos técnicos sejam manifestamente insuficientes para a quantidade de trabalho existente. Também a ação da AGERE deixa muito, muito a desejar, ficando claro para todos que à AGERE - Empresa Pública Municipal de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - apenas interessam realizar as intervenções donde resultem lucro, onde haja, a curto prazo, retorno do investimento realizado, incumprindo, dessa forma, nas suas obrigações de serviço público. Exemplo disso são as dezenas e dezenas de situações, por todo o Concelho, de pequenos ramais, tanto de água e saneamento, que apesar de muitas e repetidas insistências se encontram, pelas razões acima indicadas, por fazer. Mas há mais. Por exemplo, o facto de a Câmara pagar à AGERE a limpeza de ervas em áreas urbanizadas, mas esta não

a realizar, pura e simplesmente não a fazer, denotando uma falta de brio e de zelo, infelizmente extensível a outras áreas da governação do Município, que não pode deixar de ser censurada. Mais grave do que tudo isto, é a situação da ETAR de Frossos e os cheiros nauseabundos que, quase de forma tão permanente quando inaceitável, passaram a invadir a cidade, extrapolando as já muito massacradas populações que vivem no vale do Cávado. Em dois mil e treze, o PS deixou pronto um Estudo que alerta/para o facto de, a breve trecho, aquela infraestrutura começar a trabalhar em contexto de sobre utilização e que daí adviriam problemas. Nestes oito anos, pouco ou nada foi feito e o resultado está à vista para todos. Ao nível do Urbanismo, provavelmente o maior foco de críticas no tempo da Coligação no tempo do Partido Socialista, o cenário é também ele desolador. As intervenções, danosas para o espaço público, nada transparentes e à base de chapa e betuminoso, do Continente da rua vinte e cinco de Abril, ajudando a desqualificar e desvalorizar uma das zonas da Cidade com melhor desenho urbano, assim como a Quinta das Portas, o Leroy Merlin e o Mercadona, em Lamações, foram péssimas opções para o espaço público. Numa suposta zona de expansão de espaços verdes, esta maioria conseguiu, no coração de São Victor e numa das zonas de maior pressão rodoviária que temos no Concelho, junto ao acesso para o Hospital, aprovar a construção de um mamarracho que agora obriga a Câmara Municipal a retirar as árvores que ali havia plantado há bem pouco tempo. O experimentalismo constante, tanto ao nível do ordenamento e das infraestruturas, de que são exemplo as Zonas trinta e outras intervenções em urbanizações e zonas em que tudo estava bem, perfeitamente consolidadas e sem problemas ou queixas aparentes ora de quem as visita ou de quem ali vive ou trabalha, deixam bem claro que as coisas não vão nada bem. Mas, ao nível do Urbanismo, a cereja no topo do bolo foi a oportunidade perdida que representou

a revisão do PDM de dois mil e quinze, que, ao não acompanhar a esmagadora maioria das sugestões dos autarcas, se revelou profundamente castrador das ambições das Freguesias, sobretudo das mais rurais que necessitam de novas manchas de capacidade construtiva para acolher pessoas que querem regressar às suas terras, que querem viver junto às suas famílias e que não o conseguem fazer, contribuindo assim, decisivamente, para a desertificação galopante destes territórios e destas comunidades, situação que urge reverter na nova revisão. Ao nível da Educação, há também uma ausência de visão preocupante. A atual Câmara não tem uma visão estruturada e integrada para a Educação, senão a área mais importante, uma das pastas mais importantes para o projeto de desenvolvimento de qualquer Concelho, Comunidade ou Sociedade. Podia, aqui, desfiar um conjunto de argumentos, mas, para além de haver inúmeras Escolas com imensos problemas de instalações e equipamentos, nota-se que o pelouro tem, desde há vários meses uma liderança menos presente, tantos são os relatos de pessoas e instituições que nos dizem que não conseguem contactar nem obter respostas do mesmo, mas, a título de exemplo, sublinharei um exemplo que nos parece paradigmático. A falta de Creches. Há muitos anos, com o PS, a Câmara de Braga quis ter Jardins de infância para todas as crianças. Entendeu que isso era uma prioridade e, por isso, avançou para a negociação, junto da tutela, de um programa que permitisse dotar o concelho de um conjunto de equipamentos que permitissem termos Jardins de Infância para todos e não apenas para as crianças cujos Pais as poderiam colocar em Jardins de Infância de colégios privados. Hoje são muitas as famílias, demasiadas, assim o dizem as infindáveis listas de espera nas poucas Creches do Concelho, que não conseguem vagas nas Creches para os seus filhos, deixando a nu uma gritante escassez de oferta que o Município, mais uma vez, não foi nem capaz de identificar, nem,

como deveria, de antecipar, planeando uma resposta para uma questão que hoje cria muitos e graves problemas a muitas jovens famílias, somando, assim, um conjunto de entraves e de dificuldades ao processo, já em si nada fácil, de emancipação e de início de vida independente das mesmas. Ao nível da mobilidade, o ambicioso projeto das ciclovias está por fazer, há problemas absurdos na pintura de passadeiras, na ausência de sinais trânsito; por outro lado, há excesso de ruas esburacadas, maltratadas e em mau estado, facto que se repete no desmazelo generalizado na preservação do espaço público, à exceção do Centro da cidade, situações que são reveladoras de uma falta de cuidado nada edificantes para quem Governa os destinos de todos nós. Os inúmeros autocarros em péssimo estado, com relatos recorrentes de infiltrações sempre que chove, muito poluentes e usados em longos cursos, ainda que o PS reconheça sem pejo, apesar de algumas opções de qualidade duvidosa, o esforço que se tem procurado fazer, dizem bem o quanto é, ainda, preciso caminhar. No que à Cultura diz respeito, saúda-se a ambição de ser Capital Europeia em dois mil e vinte e sete, mas o facto de não ter havido o diálogo necessário com os agentes da Cultura, com as Juntas de Freguesia, essenciais na afirmação da Cultura etnográfica e das tradições, merecem forte crítica do Partido Socialista. A tudo isto, soma-se a incapacidade de oito anos depois, e décadas depois de ataques à Política Cultural do PS, criar um programa ambicioso, estruturado e transversal de Criação de Públicos. Mais incompreensível, absolutamente incompreensível, na verdade, é a insistência, a teimosa insistência de vender a Fábrica Confiança, comprada, há alguns anos, com o apoio do Presidente Ricardo Rio, na altura como líder da Oposição. Convenhamos que a ideia absurda de alienar a Confiança, numa cidade que quer ser Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete, sobretudo pelo tanto que esta poderia significar como âncora, como motor, como

casa da criatividade, da arte, do talento e da livre criação, numa cidade e num concelho que, neste segmento, alberga já bastantes associações, movimentos informais e independentes que carecem de um espaço comum, de um espaço de partilha, de troca de experiências e de estabelecimento de sinergias, é um absoluto disparate que muito desqualifica a atual Gestão Municipal. Ao nível da Área Social, num tempo em que a crise da pandemia trouxe novos e agravados problemas de exclusão social, de pobreza oculta, verificamos que a Rede Social tem uma resposta cada vez menos efetiva e eficiente, facto que muito nos preocupa e que merece atenta reflexão. Os atrasos nos pagamentos a fornecedores, às freguesias, os permanentes atrasos nas obras, como exemplo podemos falar da ciclovía das Margens do Rio Cávado prometida há mais de 6 anos e de que nada se sabe, o aumento colossal nos prazos de pagamentos dos serviços que contrata e, com isso, as inúmeras empresas que se recusam a trabalhar com a Câmara Municipal, dizem também muito da qualidade da gestão municipal. A somar a tudo isto, cumpre, ainda, denunciar a distinção que o Executivo faz entre as Freguesias, conforme a cor partidária (a Assembleia de hoje, ou qualquer outra, são disso um bom exemplo) seja nos apoios e investimentos, seja nas reparações que diariamente são feitas e, até, na forma como alguns vereadores tratam os diferentes executivos, em nada valoriza a liderança Municipal. Muito mais haveria a dizer, mas hoje ficamo-nos por aqui, sublinhando que Braga não precisa de uma liderança publicitária, alavancada nos Meios de OCS que alimenta, Braga não precisa de ser o melhor destino europeu, Braga não precisa de ter o melhor caixote do lixo do mundo, Braga não precisa de ter a melhor paragem de autocarro do mundo, nem o melhor Ecoparque, nem o melhor autarca. Não, Braga não precisa de nada disto. Braga precisa, tão só, de novas prioridades políticas e de uma governação que seja

capaz de antecipar problemas e de, em tempo útil, os corrigir, ao mesmo tempo que projeta uma Cidade e um Concelho mais inclusivo, com maior ambição em termos de progresso e desenvolvimento, mas com uma visão compaginável com esse progresso em termos ambientais e de sustentabilidade, colocando ao serviço dos cidadãos, de todos os Bracarenses, serviços municipais mais ágeis, mais competentes, mais colaborantes que ajudem os cidadãos a cumprirem e a realizarem, em Braga todos os seus sonhos e ambições”. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, noutra **Declaração Política**, disse: “Apenas para registar a nossa surpresa, por termos assistido a uma declaração política, em que se diz que o tempo da Coligação Juntos por Braga, vai entrar em breve para o seu último mandato à frente dos destinos do Município. Em qualquer dos casos, este tom dúbio, esta forma pouco clara, estas hesitações na afirmação de um princípio destes, mesmo sabendo as divisões que grassam por dentro do Partido Socialista, não estávamos à espera de ouvirmos uma declaração com tantas hesitações, com tantas dúvidas e dependente dos “porventuras”. Era apenas para registar esta surpresa porque, de facto, não estávamos à espera disto, mas deixa-nos entusiasmados, para o percurso que temos pela frente”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS:**

PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO VINTE E QUATRO BARRA DOIS MIL E VINTE E UM, DE DEZANOVE DE MARÇO E NÚMERO VINTE E CINCO BARRA DOIS MIL E VINTE E UM DE VINTE E NOVE DE MARÇO. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as atas do décimo segundo mandato número vinte e quatro barra dois mil e vinte e um, referente à sessão ordinária de dezanove de

março e número vinte e cinco barra dois mil e vinte e um, referente à sessão extraordinária de vinte e nove de março. Postas à votação foram as referidas atas **aprovadas por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de abril do ano em curso, relativa à Estratégia Local de Habitação do Município de Braga e o correspondente Programa Local de Habitação, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberto o debate, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** para destacar que: “O documento que hoje aprovamos não corresponde verdadeiramente a uma estratégia local de habitação, assumindo-se apenas como instrumento com o objetivo único de permitir o acesso a financiamento público e comunitário. Ou seja, o título integra a palavra estratégia não porque o seja, mas porque o Governo assim o exige. Fora ele uma verdadeira estratégia e teria sido construído com vista à identificação das reais necessidades de habitação do concelho, e não apenas da necessidade de resposta habitacional imediata, atendendo às suas dinâmicas demográficas e económicas, entre outras variáveis. Este é um trabalho feito em dois mil e vinte e um e que tem como suporte dados de dois mil e onze, portanto, informação com uma década de idade. Década essa em que vimos a cidade passar por duas crises económicas, uma fase de crescimento, em que vimos muitos dos que conhecemos emigrarem e, uns anos depois, regressarem, vimos comunidades imigrarem e estabelecerem-se na cidade e muitos deles retornarem aos países de origem, etc. É óbvia a desatualização da informação que funda a análise e as opções. Caso o objetivo fosse criar uma estratégia, seria estulto que se fizesse agora, a meses de novos dados censitários e

no meio de um turbilhão provocado pela COVID-dezanove (ainda hoje ficámos a saber que o PIB encolheu cinco quatro ponto por cento no primeiro trimestre) onde as medidas de apoio estão a terminar, nomeadamente algumas com impacto direto sobre o acesso à habitação como as moratórias bancárias. Dir-nos-ão que, apesar de tudo, houve um trabalho de diagnóstico e diálogo com várias instituições que permitiu aportar mais algum conhecimento ao que existia. Não negando a sua veracidade e o seu mérito, não deixa de ser prudente evitar tecer-se loas ao mesmo. A leitura dos resultados permite perceber, que apesar de meritório, esse trabalho fica muito aquém do desejado. Ora vejamos: foram identificados para todo o concelho sete casos de inadequação da habitação, que a lei estabelece como: "Inadequação, por incompatibilidade das condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência, em especial quando a habitação: Tem barreiras no acesso ao piso em que se situa; e ou as medidas dos vãos e áreas interiores impedem uma circulação e uma utilização ajustadas às características específicas das pessoas que nelas residem." Alguém acredita que nas áreas edificadas no entorno imediato do centro histórico, com edifícios das décadas de sessenta, setenta e oitenta do século passado e que albergam grande parte da população mais envelhecida da cidade todos terão elevadores e acesso facilitado aos pisos superiores sem qualquer tipo de barreira? Outro bom indicador do muito que há a fazer é a incongruência interna relativa à sobrelotação. O mesmo documento que identifica seis mil trezentos e quarenta e oito fogos sobrelotados, em dois mil e onze, só consegue identificar, por consulta às diversas entidades (Juntas de Freguesia, IPSS, Bragahabit, etc.,) cinquenta e seis casos. Bem certo que comparamos dados de dois mil e onze com informações de dois mil e vinte, mas é preciso ser muito otimista para acreditar que o

problema se solucionou sozinho. Como já dissemos, o documento restringe as políticas públicas de habitação a soluções para a população economicamente mais desfavorecida e desconsidera a concretização plena do direito constitucionalmente consagrado à habitação. O documento reconhece este direito sem que este mereça qualquer referência ou medida concreta. Este executivo deixa a supressão das necessidades de habitação dos Bracarenses, além das respostas a situações emergentes à mercê do seu adorado mercado (mesmo quando importantes referências teóricas da Direita indicam a terra tenência como um dos principais empecilhos ao trabalho e ao capital). Esgotando a sua essência na apresentação de candidaturas ao primeiro Direito, a estratégia não dá resposta cabal às necessidades de habitação pública. Mesmo o primeiro Direito não é panaceia para os problemas mais imediatos, dado que só financia trinta e cinco por cento da nova habitação e cinquenta por cento da reabilitação. Olhando, então, em concreto, para a resposta às situações mais emergentes: a oferta de habitação social é exígua e exígua continuará a ser - o diagnóstico (com os problemas que já elencámos) identifica cerca de oitocentas situações problemáticas e a proposta é a de alargar apenas em cerca de cem fogos de propriedade municipal, recorrendo a um modelo ultrapassado de concentração em duas localizações, sendo uma delas já no seio do bairro social das Enguardas; a requalificação do parque habitacional existente fica relegado para medidas abstratas, sem qualquer meta concreta; e deixa de fora qualquer articulação com medidas sociais de apoio à integração das famílias que vivem socialmente excluídas e em situações de habitação absolutamente precária e indigna, como são exemplos o Complexo Habitacional do Picoto e o Monte de São Gregório. Por fim, apesar de muitas vezes proclamada a intenção de levar a cabo um processo participativo - pelo menos assim versa várias vezes o documento - não

nos foi possível encontrar quaisquer referências ao papel das associações de moradores na definição da estratégia. Esperemos que, pelo menos, sejam envolvidas na sua aplicação. Desta forma, a CDU não votará favoravelmente a proposta, não se dispensando de acompanhar a concretização dos seus parcos objetivos positivos, nem se escusando a alertar e propor soluções necessárias para os problemas de habitação no concelho”. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para, a propósito, dizer que: “O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda assinala que, após seis anos de vigência do programa primeiro Direito, o executivo municipal só agora, finalmente, apresenta a esta assembleia a Estratégia Local de habitação, instrumento essencial para a candidatura àquele programa de apoio à habitação. Tal como recorrentemente temos vindo a denunciar nesta Assembleia, a cidade e o concelho de Braga há muito que tem um problema habitacional. Este documento é prova de como a falta de políticas públicas municipais, sinal da falta de reconhecimento do problema, vem dar razão ao Bloco de Esquerda e torna impossível ignorar as graves carências habitacionais que assolam o concelho. Este documento, extenso e com muita informação de relevo, é um instrumento fundamental para a definição das políticas municipais para a habitação e há muito fazia falta para a sua integração com as políticas nacionais para o setor. A partir dos anos oitenta e sobretudo nos anos noventa, em resultado das linhas de financiamento para aquisição de habitação própria e para a construção e da melhoria quase generalizada das condições de vida, com empregos mais estáveis, com melhores direitos e salários, a oferta habitacional para aquisição disparou um pouco por todo o país, com especial destaque para a cidade de Braga. No entanto, este crescimento tinha riscos e limites que foram sistematicamente ignorados. Entretanto, numerosos e graves erros urbanísticos e de planeamento

foram cometidos: a densidade de construção no vale de Lamações, ou, mais recentemente, na zona de Real e de Dume; passeios e entradas de garagem mal concebidos; distâncias entre edifícios menores que o permitido por lei; poucos espaços de usufruto público e construções em túnel por cima de ruas; construções em terrenos agrícolas e com abundantes linhas de água que reorientadas ou até mesmo tapadas, constituem problemas cuja resolução é praticamente uma impossibilidade. Neste fervor construtivo com base no crédito fácil para os construtores e para as famílias, no caso particular de Braga, a oferta excedeu em muito a procura com reflexo no preço final, com o endividamento das famílias aos bancos, o que nunca preocupou os decisores políticos. Afinal, ficava mais acessível às famílias adquirir casa própria e ter um crédito bancário por trinta anos do que arrendar uma habitação. Mesmo com a expansão da Universidade do Minho no campus de Gualtar, a oferta abundante permitiu o arrendamento estudantil a preços, à data, comportáveis para as famílias. Até que veio a crise financeira, em dois mil e oito, e todo o castelo de cartas da construção e especulação imobiliária ruiu. Com os bancos a falirem, ou em crise, deixa de haver liquidez para emprestar dinheiro ora para construir ora para comprar. Com a crise financeira veio a grave crise económica e social, com famílias inteiras em situação de desemprego prolongado e sem direito a subsídio de desemprego. Instalou-se a tragédia agravada pelas medidas de austeridade penalizadoras das famílias, especialmente aquelas que alteraram a legislação laboral e permitiram os despedimentos, o fim dos contratos coletivos, os falsos recibos verdes, os baixos salários. Se já se verificava a tendência para a descida demográfica, a crise grave acelerou-a, mas a resposta política nacional foi a de encerrar serviços, nomeadamente nas escolas, atacar os direitos laborais, dificultando ainda mais a vida às famílias e aos jovens que chegavam e chegam

ao mercado de trabalho, em lugar de adotar medidas de salvaguarda do emprego com direitos, salários dignos e horários de trabalhos compatíveis com o apoio às famílias. Assiste-se hoje a um paradoxo, do qual a estratégia dá conta: apesar de haver muitas habitações no mercado, para venda, deixou de haver crédito, os apoios são escassos e não chegam a todos os que precisam. Devido à precariedade excessiva e aos salários baixos, ao mercado de arrendamento livre e totalmente descontrolado, dispararam os preços dos arrendamentos tornando-os incomportável para as famílias de médio e baixo rendimentos, para as famílias monoparentais, e para os jovens adultos. Acresce o facto de a procura ter aumentado devido à chegada de centenas de estrangeiros, nomeadamente do Brasil, alguns com recursos que alimentam a especulação imobiliária. Tudo isto acontece sem que o executivo municipal tenha acordado para o problema; e a prova é que a empresa municipal Bragahabit, não aumentou a sua capacidade de proporcionar arrendamento acessível, e o executivo manteve-se alheio ao problema, com a exceção de um ligeiro reforço no orçamento para o RADA na sequência da recomendação apresentada nesta Assembleia pelo grupo municipal do BE. Embora concordemos, como se refere na ELH, que a tónica deve ser a reabilitação, com a criação de linhas de apoio, e mesmo com investimento da Câmara Municipal, tal solução não é suficiente e apresenta-se muito demorada. A situação atual não se compadece com longas esperas, são necessárias soluções para quem já espera há muito e para permitir aos jovens adultos constituir uma vida autónoma. É necessário ter em conta que o Bairro do Picoto não reúne condições para a reabilitação: pela fraca qualidade de construção, mas sobretudo pelo facto de ser um bairro com todas as características de guetização, as quais, como todos sabemos, leva as várias formas de exclusão e acentua a pobreza. O Bloco de Esquerda defende que as famílias que ali têm residido, suportando

durante todos estes anos condições de habitabilidade indignas, devem ser alojadas por diversas habitações e o edificado, porque sem condições mínimas de recuperação, e de má qualidade, deve ser demolido. O documento de diagnóstico, ele próprio, neste momento está já desatualizado. Decorrente da crise pandémica e da crise social e económica, assim que começarem a cair as moratórias, mais famílias terão dificuldade em pagar os empréstimos e os arrendamentos. Não está nada previsto para esta situação. É de prever que as necessidades habitacionais sejam muito em breve muito superiores às setecentas e oitenta e uma identificadas. Uma política para a habitação é algo que se constrói ao longo do tempo, mas para tal é necessário que se identifique o problema, o que nunca aconteceu ao longo destes oito anos de mandato do atual executivo. Os sinais de crise habitacional que assolam Braga estavam e estão à vista de todos; ainda assim, o executivo municipal pretende que tudo se resolve com o turismo e a economia: maioria das empresas procuram Braga com o fito na mão- de-obra qualificada barata, maioritariamente de call centers, que praticam a precariedade e os baixos salários. Esta realidade não permite às famílias suportar as rendas exorbitantes estimuladas quer pela procura de estrangeiros, quer pelas dinâmicas do alojamento local, sobretudo no centro da cidade. Já aqui o dissemos, e voltamos a repetir, as grandes capitais europeias oferecem aos seus munícipes habitação pública na ordem dos vinte por cento ou mais, para as famílias de diferentes rendimentos, o que permite refrear a especulação no mercado de arrendamento. A ELH apresenta fragilidades na identificação do índice de envelhecimento do edificado e não é mencionada a questão da eficiência energética, como também não o são as medidas de reabilitação. Também não há a quantificação das famílias monoparentais. Isso releva para a estratégia? Sim, releva, pois, o risco de pobreza num agregado familiar composto por um ou dois

filhos e apenas um adulto com salário é claramente maior e esse adulto é quase sempre uma mulher. As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), definidas nouro âmbito, mas englobadas na ELH, traduzem elas próprias más decisões políticas. Por exemplo, a opção de esvaziar o centro histórico dos seus habitantes de há décadas descaracteriza aquilo que é genuíno e único na cidade de Braga. A gentrificação acelerada, com ocupação de habitações por famílias de rendimentos elevados e com pelo menos dois automóveis torna muito mais difícil a retirada dos carros do centro da cidade. Se cruzarmos esta estratégia com a estratégia para a cultura, vemos o quão desequilibrado tem sido o planeamento da cidade. Zonas da cidade a funcionar como dormitórios e sem equipamentos culturais nem zonas verdes ou de lazer, da qual o exemplo mais paradigmático é a freguesia de São Vítor, uma das maiores do país. Pelo que acabamos de expor, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, apesar de considerar que em dois mandatos, o executivo municipal não identificou a habitação como um problema e por isso nunca foi uma prioridade, tendo perdido tempo e oportunidade de ir construindo respostas mais ágeis e assertivas, Consideramos fundamental que o município tenha uma estratégia local para a habitação, e porque o instrumento que nos é apresentado pode ser o início de qualquer coisa, sempre melhor do que coisa nenhuma; e apesar de pecar por tardio, o que é demonstrativo da atitude negligente deste executivo no que ao problema da habitação diz respeito; ainda assim, servirá daqui em diante ao escrutínio da ação ou inação do executivo municipal no que às políticas de habitação diz respeito”. Depois, foi a vez do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** se pronunciar sobre a matéria ora em discussão, tendo, para o efeito, referido que: “É um assunto de extrema importância, não só para o Município de Braga, como também para todo o País. Considera o PS que as estratégias locais de habitação são mecanismos ou

documentos importantíssimos de diagnóstico de caracterização e posteriormente de execução de políticas públicas de habitação. E, nesse sentido, a Câmara Municipal de Braga fez, também, o seu papel. Mas fez o seu papel de forma um pouco atrasada. E começo por dizer, que este processo, que deveria ter sido começado há muito tempo, começou tardiamente, porque o anterior responsável por este pelouro, esqueceu-se desta questão e esta questão é importantíssima para que o Município de Braga pudesse acorrer a financiamentos que lhe permitissem, naturalmente, tratar aquilo que, efetivamente, está em jogo com esta questão ligada à Estratégia Local de Habitação. E, aqui, tenho que dar uma palavra à Vereadora Olga Pereira que pegou neste processo, já com algum atraso, e que rapidamente iniciou a tarefa de diagnóstico, de caracterização e de proposta que hoje aqui estamos a discutir. E, portanto, ela própria pediu a convocação da Comissão de Atividades Económicas, para colocar esta questão, nomeadamente, porque entendia que deveria ser importante ouvir também esta Comissão, no sentido de dar algum contributo para a elaboração desta estratégia local, que é de grande importância. E é de grande importância, porque a habitação é uma política social de grande alcance, é uma política social que está prevista na Constituição e que, transversalmente, preocupa não só os Governos, mas, também, todos os municípios. É uma política social que vai estar cada vez mais na agenda dos municípios e, sobretudo, numa campanha eleitoral que agora se aproxima. Portanto, sendo a habitação essencial, naquilo que pode ser o lançamento de novas políticas sociais de origem diferente, políticas sociais mais atuais, é evidente que a habitação tem um papel importante, porque é ela que projeta a família para novos desafios, é ela que alavanca a família para a sua inclusão social e é ela que permite, que através de um espaço de habitação, ela possa, também, projetar a sua vida em todas as suas dimensões. Aliás, é por isso,

que é um direito constitucionalmente estabelecido e até podemos dizer que o Sérgio Godinho fala na habitação como uma promessa de abril e a promessa que é preciso cumprir. Relativamente a esta Estratégia Local, como disse, sofreu um atraso e com isso poderia vir comprometida, aquele que poderá ser o acesso a financiamento nacional e europeu, dizer o seguinte; que, efetivamente, talvez, também, porque começou tarde, não é tão abrangente quanto deveria ser e a sua caracterização é, efetivamente, uma caracterização que não está projetada naquela que é a realidade do concelho. E vejamos, até dezembro de dois mil e vinte, havia sete centenas de fogos que tinham sido diagnosticados e caracterizados e, depois, nestes três, quatro meses, foram acrescentados mais cerca de cento e vinte fogos, o que quer dizer que é sempre um trabalho inacabado. Por outro lado, também, e tendo em conta o número de fogos que estão elencados como habitação indigna no concelho, perceber uma coisa, sete centenas ou quase oito centenas, correspondem a um e meio por cento daquela que é a habitação registada no concelho de Braga. Dessas sete centenas, oito centenas, veja-se que metade são do parque habitacional municipal. Ou seja, habitação da responsabilidade municipal da empresa municipal da Bragahabit. E como é que também chegamos a isto, chegamos porque efetivamente a Bragahabit não tem feito a conservação e a manutenção do seu parque habitacional. Basta consultar os seus planos, os seus documentos provisionais, para perceber que eles têm inscrito no seu orçamento, cerca de cinquenta mil euros, anualmente, mas nem metade chegam a cumprir em contraste com aquilo que se fazia durante a gestão socialista, que era superior quatro a cinco vezes. Hoje, infelizmente, a conservação só se faz mesmo no limite, quando mesmo um cano tem uma rutura e é preciso ir lá meter qualquer reforço. Portanto, estamos com uma decadência, apesar, e regista-se aqui, com agrado, a requalificação que está a ser feita nos bairros sociais, mas esta caracterização que

falei, que corresponde a cerca de cinquenta por cento, não incluiu aqueles que estão a ser requalificados, porque, para esses, já existe financiamento, através dos programas específicos que todos conhecem. Desta estratégia local de habitação, importa dizer o seguinte, no final da década de setenta, a gestão socialista imprimiu, reconhecendo a dificuldade de habitação que havia e a pouca habitação que havia no concelho de Braga, havendo alguns bairros e algumas áreas muito deprimidas, com muita habitação indigna, fez aquilo que caracterizou a gestão socialista e caracterizou Braga, numa política que foi reconhecida, nacionalmente, que foi uma política de municipalização dos solos, o que fez com que a habitação em Braga, fosse uma habitação barata. Mas houve uma outra medida também de inclusão social, que foi quando a partir de mil novecentos e oitenta e um, mil novecentos e oitenta e dois, a Câmara Municipal de Braga decidiu que não se construiria nem mais um bairro social, porque, infelizmente, os bairros sociais conduziam à guetização e não promoviam, verdadeiramente, uma inclusão social. E, por isso, optou por outras políticas sociais de habitação das quais se destacaram como inéditas, o subarrendamento, a compra depois de habitações dispersas pelo concelho, para servir as famílias que dela precisassem, a par, também, do regime de apoio ao arrendamento e também das residências partilhadas, sobretudo, para cidadãos ou cidadãos isolados. Portanto, estas políticas vieram substituir aquilo que, sob o ponto de vista social, não se resolvia com a construção de bairros sociais. Chegados aqui, importa dizer que para além da estratégia local de habitação e daquilo que poderão vir a ser os apoios, poderão os municípios e poderá o município de Braga ter outros mecanismos e ter outras políticas, para além da estratégia e da caracterização e dos apoios que poderá ocorrer, políticas diferentes, que facilitem o acesso à habitação ou que dignifiquem a habitação, que neste momento existe. Desta estratégia que

entendemos cuja caracterização deverá continuar, porque ela não contempla aquilo que entendemos que é a realidade do Município, surgem algumas questões, a título de exemplo, para as quais devemos ter algum cuidado, porque a ideia de construir um bloco habitacional no atual bairro social das Enguardas, quase que encavalitando no que já existe, é uma fraca medida social, porque vai continuar a provocar aquilo que em oitenta e dois, abandonamos, que é praticamente colocar famílias socialmente desfavorecidas, juntamente com outras, sem ter incluído aí políticas de habitação que permitam a sua inclusão. Portanto, construir mais um bloco habitacional é, a meu ver, um erro que efetivamente não se pode fazer. Por outro lado, o bairro social do Picoto, construído no final da década de noventa, no âmbito dum programa de luta contra a pobreza, no tempo do Primeiro Ministro, António Guterres, tem sido um bairro com muita polémica, reconhecendo que o mesmo não serviu aquilo que seria a resolução, que levou a que, na altura, tivesse sido anulado um acampamento que havia no Largo São João da Ponte e que, portanto, precisa de algum cuidado. Mas existe alguma desorientação, também, por parte do Município, porque a partir de dois mil e quinze, assistimos a quatro versões diferentes, cada uma a contrapor a anterior e, em dois mil e quinze, o Sr. Presidente da Câmara dizia que aquele bairro deveria ser demolido. Mais tarde, veio dizer que iria ser requalificado. Em dois mil e dezanove, tornou a dizer que iria ser demolido para, recentemente, dizer que iria ser requalificado. Portanto, é preciso que nestas estratégias tenhamos um caminho e tenhamos a solução, para que possamos resolver um problema, e aquele é, efetivamente, um problema. Por outro lado, também tem sido alvo de alguma polémica, a possibilidade de se construir ou construírem blocos habitacionais na zona de Ferreiros, o que tem levantado algumas preocupações, por parte dos habitantes. Não querendo vir, aqui, dar voz àquilo que pode ser,

*muitas vezes, uma polémica perfeitamente desnecessária, apela o PS, a que haja alguma sensatez, naquilo que se pretende fazer lá e que seja feito diálogo com os moradores, para que tudo aquilo que possa ser feito, seja feito de acordo com aquilo que é a vivência naquela zona. Dizer, no final, para não me alongar ainda muito mais, que este plano é um plano importante. A habitação é importantíssima, para que possamos ter jovens a poder autonomizar-se na sua vida, a constituir família, a projetar-se em toda a sua dimensão. E, portanto, é com muita preocupação, mas, também, com esperança, que o PS acompanha este projeto, que sabemos que é um projeto que tem que continuar, que tem que ser melhor caracterizado e cuja proposta tem que ser melhorada. Por isso, sabendo que é, efetivamente, preciso mais trabalho, mostra-se sempre disponível para colaborar e vai abster-se nesta matéria, dando espaço para que a Câmara Municipal, em tempo útil, possa apresentar para poder aceder ao financiamento, mas, dizendo que este trabalho ainda não acabou, é preciso continuar a aperfeiçoar aquelas que são as propostas e é preciso continuar a aperfeiçoar a sua caracterização e incluir, sem qualquer reboço, tudo aquilo que depois seja feito e que seja importante para que o Município de Braga, ao nível da habitação, possa ser um exemplo na sua execução”. Posteriormente registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** para salientar que: “Gostaria de me referir a algumas intervenções da oposição, designadamente, à última do Partido Socialista, para dizer ao Deputado João Nogueira, que congratulo pela maneira como ele acabou a intervenção, pela visão que teve deste Plano na parte final, mas para dizer que fez aqui um grande exercício de branqueamento de toda a política de habitação do PS. Sr. Deputado, João Nogueira, vocês deixaram os bairros sociais numa vergonha. O bairro social da Ponte dos Falcões, é a maior desgraça urbanística e humana, para não*

usar outra palavra que me vem à mente, alguma vez existente em qualquer lugar. O bairro do Picoto, da vossa responsabilidade, é o maior gueto nacional que existe, a nível de bairros sociais. Não há pior que aquilo. E, portanto, o Senhor vir agora, aqui, dizer colocar umas flores, sobre a vossa política habitacional, com o resultado que deixaram em dois mil e treze, não se compreende. Como, também, não se compreende, que o Senhor tenha esquecido que na questão, por exemplo, do regime de apoio ao arrendamento, o chamado DAR, que é o Direito de Apoio ao Arrendamento, os Senhores usaram uma verba de trezentos mil euros, atualmente, é de oitocentos mil euros. O Senhor confundiu tudo na sua intervenção na questão das casas, das tais casas da Bragahabit, dizendo que elas estavam em habitação indigna. O Senhor considerou aí, foi aquelas casas da Bragahabit, que pertencem a edifícios públicos e privados, de propriedade mista, que o Governo impede que haja intervenção financiada, através do programa PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas e, portanto, para o qual não foi possível fazer intervenção com base nesse financiamento, mas que são habitações que estão muito longe de ser indignas, apenas foram acrescentadas neste estudo, pelo facto de termos agora financiamento para elas. Portanto, convinha corrigir aqui algumas coisas, porque este regime de branqueamento de toda a vossa atividade, não consigo perceber. Quando o Senhor diz, por exemplo, que nas casas que agora se gastou cinquenta mil euros só em obras de reparação, o conhecimento que temos, é que no vosso tempo, as casas eram entregues a muitas pessoas, que seriam elas que teriam que as reabilitar, que a reabilitação não era feita. Vá perguntar, agora, a alguém que recebe uma casa, como é que a casa é apresentada. Mais, este processo, quando o Senhor fala num certo atraso, devo dizer-lhe que o problema de habitação em Braga, o estudo relativo à habitação, começou em dois mil e dezasseis, através

dum trabalho técnico de diagnóstico, de propostas de reabilitação urbana, que se chamava regeneração e valorização do património imobiliário. Portanto, é preciso aqui, uma série de correções, sobre a intervenção que fez, que me parece que realmente branqueavam um pouco toda a maneira como os Senhores apresentaram e que trataram da política habitacional em Braga e como é que a deixaram. É ao governo português que cabe a responsabilidade pela política de habitação, cabendo às autarquias locais uma função de colaboração. Com efeito a Constituição, no seu artigo sessenta e cinco, é bem explícita na atribuição de responsabilidades ao governo pela política de habitação, designadamente quando faz a divisão das responsabilidades ao estado, por um lado, e por outro, afirma o dever de colaboração das autarquias locais. O que faz o governo socialista? Imputa às autarquias atribuições muito superiores à sua obrigação constitucional, designadamente quando lhes impõe a responsabilidade de financiamento que caberia ao governo, como é o caso da obrigação de comparticiparam em cinquenta por cento para obras de reabilitação e sessenta e cinco por cento no caso de construção, conforme dispõem os artigos quadragésimo sexto e quadragésimo sétimo do Decreto Lei trinta e sete barra dois mil e dezoito que estabelece o programa Primeiro Direito. Assim, esta Câmara Municipal definiu três objetivos estratégicos: o combate à habitação indigna, o estímulo ao arrendamento acessível, bem como a uma política de coesão de maneira a que haja uma concertação de políticas municipais como ordenamento de território através dos instrumentos de gestão territorial, coerentes e integrados com estes objetivos. O documento agora em análise, a Estratégia Local de Habitação, que consubstancia a política de habitação do município por um prazo de seis anos, foi fruto de uma análise muito criteriosa no terreno para o apuramento de situações de habitação indigna. Esta análise

englobou uma colaboração muito próxima com a Juntas de Freguesia, técnicos da segurança social, agentes locais como a Cruz Vermelha ou a Rede Social, com diversos meios e instrumentos adequados para esta auscultação pública, na qual foram detetados setecentos e oitenta e um casos de famílias, envolvendo mil novecentos e setenta e nove pessoas, com carência habitacional com dignidade no nosso concelho. Além da informação sobre o número de agregados familiares, há agora um maior detalhe como quantos elementos compõem cada agregado familiar, a solução habitacional pretendida, a tipologia atribuída, o ano de concretização e o montante de investimento estimado. Não é um documento fechado, mas antes um documento, dinâmico, participado, integrado e aberto, sujeito a evolução consoante a própria evolução da realidade social. Este documento poderá ser revisto de seis em seis meses e até irá incorporar mais tarde a informação social decorrente da atualização dos CENSOS que corre agora no país. O seu resultado, que obrigará a um dispêndio de quarenta e cinco milhões de euros, que terão de resultar de verbas a atribuir ao município. Consistirá, tendo sempre como objetivo a habitação, na reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, na construção de prédios ou empreendimentos, na aquisição de terreno e construção de prédios, na aquisição de frações ou prédios, na aquisição e reabilitação de frações e prédios e arrendamento para subarrendamento. Assim, o objetivo consiste em encontrar a solução de habitação adequada a diversas famílias, quando esta é inaceitável e indigna e não há, da parte dessas famílias, capacidade financeira para suportar o seu custo. Por outro lado, este documento em análise servirá também de suporte para possibilitar o surgimento de uma oferta alargada de habitação para arrendamento, a preços mais reduzidos, consoante a taxa de esforço coerente com os rendimentos de cada família e de adesão voluntária. Por fim visa, também, o estabelecimento de

*instrumentos de gestão territorial municipal, de modo a que permita uma discriminação positiva, bem como regras de cedência de solos ou fogos para fins de habitação social, para arrendamento acessível ou custos controlados. Algo de muito positivo é a criação pelo município de uma estrutura de auxílio e orientação aos cidadãos para a feitura de processos de candidatura aos incentivos e instrumentos de apoio habitacional. Esta estrutura será importante para o desenvolvimento do financiamento a beneficiários diretos quer no que diga respeito à autopromoção, quer à reabilitação da habitação própria e permanente, quer para o financiamento à aquisição. Assim o Grupo Parlamentar do PSD aprovará a Estratégia Local de Habitação consubstanciada neste documento, uma vez o Município tem como missão garantir que todos os cidadãos residentes em Braga tenham acesso para si e para a sua família, a uma habitação com dignidade, em condições de higiene, conforto e privacidade adequadas e a preços ajustados às suas possibilidades. Assim, para esse objetivo, é importante dar apoio a quem mais precisa, garantir o acesso à habitação, principalmente aos que não têm resposta através do mercado e promover uma política habitacional coesa, colaborativa, participada e próxima dos cidadãos”. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** para dizer que: “Queria começar por agradecer as sempre amáveis palavras que o caro colega da bancada do outro lado, sempre me dirige, Joaquim Barbosa, que comigo é sempre um homem elegante e, nesse espírito de elegância, proceder aqui a alguns ajustes que me parecem importantes. Também o Município de Braga, na sua gestão socialista, promoveu à requalificação do Bairro Social de Santa Tecla e do Bairro Social das Andorinhas, só que a natureza de ocupação, acaba depois por obrigar a uma requalificação que, se calhar, tem prazos mais curtos e o mesmo acontecerá agora, é inevitável. A verdade é esta. Relativamente à questão*

do Bairro da Ponte dos Falcões, quando a gestão da Coligação, através do seu Administrador ou da Administração da Bragahabit, começou a demolir o que havia ainda por demolir, já tínhamos demolido alguns blocos. Aliás, demoliram um bloco, que eu tinha feito com que só houvesse lá uma família, que estava mesmo a ir para uma casa em regime de subarrendamento, o que quer dizer que vocês continuaram, e bem, uma tarefa que tínhamos, porque, efetivamente, acho que aquele bairro social deveria ser eliminado, dando habitação condigna aos seus moradores. E fizemo-lo, espalhando as famílias por casas em regime de subarrendamento, porque foi a forma de fazer inclusão social. Essa é uma medida que sempre presidiu às nossas orientações. Quando faço a crítica à Bragahabit, faço, porque infelizmente, neste momento, há muitos apartamentos que estão fechados e, se calhar, a Bragahabit está a alugar noutro lado, quando com o dinheiro que paga do aluguer, poderia reabilitar, porque às vezes não é assim tanto que é necessário para reabilitar. E também não é rigorosamente verdade aquilo que veio aqui dizer, porque foi algo que foi vendido, porque isto passa de administração para administração, porque a pressão, muitas vezes, é tão grande e vou-me inibir de dizer algumas coisas, que muitas vezes quem está no olho do furacão da gestão da habitação social, se viu obrigado a tomar algumas medidas que depois parecem incoerentes e que o poderá dizer o atual administrador. Não vamos entrar por aí, porque muitas vezes se uma habitação não tinha dignidade, e pode ser consultado isso, procurou-se dar muitas vezes o mínimo de dignidade para isso. Também há casos em que isso aconteceu. E houve outros casos, inclusive, que a própria família assumiu ela própria, dizendo, sabemos que não está em condições, mas assumimos a requalificação. Isso aconteceu também e deverá acontecer também. Portanto, quando viemos dizer, que este era um Plano importante, estamos a discutir aquilo que interessa ao Município e o meu caro

amigo começou por me fazer uma grande crítica. Não estava em discussão a Estratégia Local de Habitação, segundo São João, estava a Estratégia Local de Habitação, segundo a Câmara Municipal de Braga. É isso que importa discutir, aquilo que é a proposta, a natureza da proposta, a mais valia da proposta, a qualidade da proposta e nós daqui de forma democrática, mas também com humildade democrática, viemos dizer e apontar algumas situações que nos parecem ser importantes. É que a par da habitação, importa ter outro tipo de políticas sociais e é isso que também importa. Não importa, muitas vezes, só dar uma casa, importa, também, se calhar, que nessa casa sejam vertidos outro tipo de apoios, outra natureza de apoios. Fica o nosso contributo, o contributo como disse de continuar a cooperar e ajudar, se calhar, no diagnóstico, na caracterização. E dizer, para terminar, no início da gestão da Coligação, a Bragahabit apareceu com a grande ferramenta para aquilo que era a resolução dos problemas da gestão urbanística, ao nível da execução, mas isso foi-se perdendo com os tempos e ela poderá ter, caso lhe seja dada essa responsabilidade e essa competência, de poder fazer um bom trabalho, porque é uma empresa que conhece muito bem a realidade deste concelho, que consegue caracterizar muito bem, mas a verdade, é que também uma parte significativa dos recursos humanos, por uma razão que é da responsabilidade da Administração, foi toda para o Município, foi para a Câmara e muita gente que conhecia muito bem a realidade do concelho e que trabalhava as questões de natureza social, se calhar, não puderam prestar o apoio que foi necessário. Mas continuamos a dizer que esta estratégia é importante, e como dizer há pouco o Bloco de Esquerda, mais vale ter esta, do que não ter nenhuma, e ainda bem, por um lado, que a Vereadora Olga Pereira pegou nisto e, se calhar, numa luta contra o tempo, fez o que pode, mas aquilo que fez, está ainda longe daquilo que é a realidade do

Município, quer em termos de caracterização, quer em termos da abrangência e quer em termos daquilo que é proposta de algumas situações, como que há pouco aqui referimos. No entanto, continuamos disponíveis para colaborar e o Partido Socialista orgulha-se de no passado, sobretudo, quando tomou as duas medidas que referi, deu um implemento, deu um incremento significativo àquilo que foi a realidade habitacional. Muitos de vocês que estão aqui, não conheciam a realidade habitacional que havia no concelho antes de setenta e quatro, porque se conhecessem a falta de habitação era significativa. A questão da habitação indigna, sem condições nenhuma, era enorme e, portanto, tiveram que ser tomadas muitas medidas e, se calhar, alguns erros, foram tomados, não de forma propositada, mas porque a necessidade de rapidamente se resolver um problema, leva sempre algum erro. Portanto, agora, de forma refletida, vamos corrigir, não aqueles que foram cometidos na década de noventa, porque esses serão poucos ou oitenta, mas numa cidade que já existe há dois mil anos e que tem situações com muitas dezenas de anos e que todos conhecemos, basta percorrer as zonas do casco urbano mais antigas da cidade, para percebermos que este número não representa aquela que é a abrangência que todos sentimos e que é muito maior".

A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO** para dizer que já em intervenções anteriores, vários dos Senhores Deputados, citaram a aproximação das eleições autárquicas e os debates que sempre acarretaram esses períodos na vida democrática e se havia algo que nesses períodos mais do que, se calhar, noutros, todos os responsáveis políticos e os candidatos a responsáveis políticos procuravam demonstrar, era de que estavam disponíveis para trabalhar em prol das suas comunidades e dos cidadãos que queriam representar, tentando resolver aquelas que eram as dificuldades e as ambições com que se confrontavam no seu

dia a dia. E a matéria que hoje ali os levava a discussão daquele ponto da Assembleia era, porventura, uma das dimensões fundamentais para qualquer cidadão se poder sentir realizado num qualquer território, para poder ter acesso a condições de vida dignas de bem-estar e que, obviamente, pudessem a todos, naturalmente, tranquilizar, do ponto de vista daquilo que era o cumprimento da sua responsabilidade coletiva, para com aqueles que mais precisavam. Ter uma habitação condigna, como já ali foi dito, era algo que não era apenas um direito universal ou constitucional, era um sentido de responsabilidade que todos tinham que ter para com, efetivamente, aqueles que necessitavam desse mesmo tipo de apoio. E nessa matéria, julgava que mais que até noutras, aquela que era uma tentativa, sempre apetecível, de poder suscitar confrontos, de poder acentuar conflitos ou divergências, devia ser minorada naquele que era objetivo primordial, que era de efetivamente encontrar soluções para responder às necessidades concretas daqueles que precisavam desse tipo de apoio. E era isso que tinham procurado fazer, ao longo dos últimos oito anos de mandato, tendo consciência que a situação em Braga, não era uma situação, à partida, muito preocupante, do ponto de vista da gestão municipal, não era uma das áreas estratégicas em que consideravam que existia uma maior lacuna, por parte do Executivo anterior, em relação às respostas que tinham sido implementadas no terreno, com méritos em algumas matérias, com fracassos noutras, e já foram aqui algumas delas bastante citadas, mas, obviamente que também aí, a realidade era muito dinâmica e aquilo que era a situação da habitação no concelho de Braga, hoje, em dois mil e vinte e um, era muito diferente daquela que tinham em dois mil e treze e não apenas por aquilo que era a ação direta do Município, no que dizia respeito a essa área de política em concreto. Passaria a explicar porquê, mas, antes disso, gostaria de dizer que, de facto, quando assumiram

funções em dois mil e treze e quando olhavam para aquilo que era a atuação e a oportunidade de reinvenção, por assim dizer, da empresa municipal Bragahabit, consideravam que, de facto, havia ali alguma limitação, do ponto de vista da sua capacidade de responder a alguns desafios que consideravam ser importantes acautelar no desenvolvimento do concelho, que havia alguma falta de energia, por parte da Bragahabit, na resposta aos problemas sociais de muitas franjas da população e que havia, sobretudo, alguma incúria naquilo que era a gestão do parque habitacional da responsabilidade da própria Bragahabit que, agora, ouviu aquele argumento do ex-administrador da Bragahabit e também do Deputado Municipal, o Presidente João Nogueira, de que isso se devia e que se deveria, segundo ele, à situação específica das comunidades residentes, nesses mesmos bairros, que alimentavam esse processo de degradação acelerado. Achava que era também um pouco com esses estereótipos que, depois, poderiam alimentar apelos, como aquele que ele ali também fez, em relação à intervenção em Ferreiros, quando dizia que era preciso sensatez, quando se procurava lá construir lá. Achava que tinham, em primeiro lugar, de ter a sensatez de perceber que não estavam a tratar de pessoas verdadeiramente diferentes, estavam a falar de pessoas que tinham um enquadramento social, económico e de educação, que podia ser diverso daquele que no dia a dia, porventura, conviviam nas suas relações, mas que a verdade era que tinham todas as condições para poderem desenvolver condignamente a sua atividade na nossa sociedade e tinham todas as condições e todo o dever de lhes dar essa oportunidade. E também no domínio da intervenção, em matéria de habitação, uma das dimensões mais importantes que tinham procurado acautelar, também através da Bragahabit, mas, sobretudo, através do Município, era a dimensão social associada à política de habitação, era a dimensão do trabalho com as associações de moradores, era a dimensão do

trabalho com as instituições sociais, que trabalhavam junto dessas comunidades e que trabalhavam questões tão diversas como a empregabilidade, como a formação e a educação dos mais jovens e quão importante foi o ver, por exemplo, representantes dessas comunidades de minorias étnicas, a participar em projetos formativos, em projetos artísticos, que tinham sido desenvolvidos e que, obviamente, podiam transfigurar a realidade que, normalmente, estava associada a essas circunstâncias. Mas dizia que, quando chegaram, então, às responsabilidades à frente da Câmara Municipal, olhavam para a Bragahabit, como agora o João Nogueira dizia, uma empresa que poderia ser, sobretudo, uma empresa menos ligada às políticas até estritas de habitação social e mais ligada à disponibilidade de habitação, duma forma genérica, com a promoção de reabilitação urbana, com a criação de um fundo de investimento para apoio à reconstrução de edifícios, para apoio à dinamização de novos loteamentos, a verdade era que se hoje, em dois mil e vinte e um, não tinham essa responsabilidade endossada à Bragahabit, era porque na verdade, ela não foi necessária. E não foi necessária, porque o mercado cuidou de responder a essa mesma ambição. E quando há pouco ouvia o Deputado Pedro Sousa dizer que uma das grandes fragilidades do Município e deste Executivo, era terem serviços municipais incapazes, que não conseguiam responder às necessidades dos cidadãos, tinha que invocar aquela que foi a informação disponibilizada por uma entidade tão independente quanto a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, por acaso sustentada na informação produzida por uma outra entidade não menos independente e não menos capaz que era o Instituto Nacional de Estatística, que dizia que em dois mil e dezanove, o Município de Braga tinha sido aquele que mais licenciamentos tinha aprovado em todo o País, de entre todos os trezentos e oito concelhos do País. Mais licenças

emitidas de construção, de reconstrução e de requalificação de parque habitacional do que o próprio Município de Lisboa. Imaginassem se os serviços da Câmara fossem competentes, o que não teria sido a expansão urbanística do nosso concelho, ao longo dos últimos anos. E o ano de dois mil e dezanove, não foi, obviamente, um caso isolado. E, nesse mesmo sentido, a verdade era que o mercado foi respondendo a essa dinâmica da procura. Quando há pouco referia que em dois mil e treze, a realidade era completamente diferente, recordava, também, que naquela Assembleia, na altura, já há muitos anos atrás, como Deputado Municipal, chegou a invocar aquilo que era o parque habitacional devoluto que tinham no concelho. Tinham um stock de habitações, que estava completamente ao abandono, que tinha resultado dum crescimento urbanístico frenético, que se espalhou por todo o concelho e que nunca teve a devida correspondência, do ponto de vista da procura. O estímulo daquilo que foi a contenção dos custos no acesso à habitação e durante muitos anos, até praticamente ao presente, Braga era das capitais de distrito, não estavam sequer a falar das cidades da mesma dimensão, estavam a falar de entre todas as capitais do distrito, Braga era o terceiro concelho com os custos de habitação e de custos de imobiliário mais baixo em todo o País. E quando, na verdade, assistiram nos anos mais recentes, a crescimentos significativos no concelho de Braga, que ainda assim os colocavam de entre os mais baratos, tinham que perceber que a base era, de facto, muito baixa e que essa oferta muito significativa que estava disponível, permitiu a contenção dos custos, durante muitos anos e permitiu, também, curiosamente, pegando num outro argumento que aqui foi apresentado pelo Deputado Pedro Sousa, porque não tinham a capacidade de fixar as populações no concelho, nomeadamente, as populações mais jovens, de poder dar condições de atratividade para a vida no concelho a muitos cidadãos e, de facto,

não havia correspondência na tal procura do parque habitacional, face à oferta excessiva, que tinham disponível. Ao longo dos últimos anos, com a tal dinamização económica, que ele aqui muito bem enalteceu, com a criação de condições de empregabilidade bem remuneradas, que o concelho passou a disponibilizar, a população residente foi crescendo e estava muito expectante para ver os resultados dos censos que estavam em curso, a população mais jovem passou a ficar no concelho em vez de procurar outras paragens, atraíram muito moradores que vieram do resto do País e de fora do País, para residir na cidade e, obviamente, que todo esse stock se foi esgotando e mesmo a nova expansão destas novas construções, que foram sendo criadas, foram também sendo absorvidas, como, aliás constataram. E, pegando no exemplo do Sr. Presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, ele veria melhor que ninguém, uma das zonas que estava a crescer mais em todo o concelho, a velocidade a que essa expansão ia obviamente sendo absorvida pela procura de moradores no concelho. Dito isso, obviamente, que aquilo que os devia preocupar era quem não conseguia ser integrado nessa dinâmica urbanística e de expansão, que o concelho vinha registando. E, ao mesmo tempo, que tinham essa realidade, tinham, obviamente, bolsas de população que estavam confrontadas com uma de duas situações que os devia preocupar. Aqueles que não tinham recursos económicos para aceder ao mercado e poderem ter acesso ao mercado habitacional e, aqueles outros, que até porventura, já tinham uma habitação, mas que, infelizmente, tinham uma habitação que estava em condições indignas para a sua vivência diária. E era esse domínio particular, ou a esses dois domínios particulares, que queria responder aquela Estratégia Local de Habitação. Era para criar condições para que aqueles que não tinham esses recursos, conseguissem ter acesso à habitação a renda mais acessível e para aqueles que

viviam em habitações que careciam de intervenções ou que, porventura, não fossem possíveis de requalificar e tivessem que ser reencaminhados para outras habitações, pudessem ter acesso a essas mesmas habitações condignas. Era isso que estava previsto no programa primeiro direito, que a Sr^a. Deputada Alexandra Vieira, datava de dois mil e dezoito, portanto, foi há três anos e não há seis anos atrás, e era também isso que constava do plano de recuperação e resiliência ao abrigo do programa de apoio à renda acessível que, como hoje o Sr. Primeiro Ministro voltou a invocar, em Coimbra, na cerimónia em que pode participar, com muito gosto, porque Braga foi contemplada com cerca de um milhão e meio de euros, para intervir na ribeira de Panoias e no Rio Torto, numa requalificação que tinha que ficar concluída dentro de dois anos. Mas dizia, nessa cerimónia, o Sr. Primeiro Ministro, de que havia três mil milhões de euros que seriam distribuídos pelo País, para apoiar as intervenções nesse domínio do parque habitacional. Esperava, obviamente, que uma parcela substancial, pudesse corresponder às ambições que o Município de Braga apresentou em tempo, para ocorrer a essa matéria. Porque se havia algo que também tinham que ter ali presente, era que aquele era um esforço que não dependia apenas do Município de Braga. E não era apenas porque a responsabilidade Constitucional não cabia às autarquias locais, mas sim, ao Estado Central. Era porque, obviamente, o esforço financeiro que aquele tipo de intervenções acarretava, estava claramente fora daquilo que era a margem orçamental do Município de Braga. Ao longo dos últimos anos, fizeram aquilo que estava ao seu alcance, com os apoios que conseguiram mobilizar, intervieram e requalificaram de forma substancial o Bairro de Santa Tecla, o Bairro das Enguardas e estavam prestes a avançar para um projeto também importante de requalificação do Bairro das Andorinhas, além de terem tomado essa opção, por uma questão de gestão social, urbanística e de

ocorrer, também, a uma necessidade concreta da nossa empresa Transportes Urbanos, de terem eliminado o Bairro da Ponte dos Falcões. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos tais instrumentos positivos que herdaram da Bragahabit, quando assumiram funções o RADA – Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, que tinha um orçamento que rondava os trezentos mil euros em dois mil e treze, tinha, hoje, um valor quase três vezes superior. Eram, como disse ali o Deputado Joaquim Barbosa, a oitocentos mil euros, que no orçamento de dois mil e vinte e um, constavam nos apoios às famílias. Mais que triplicaram, também, o número de famílias beneficiárias desse mesmo apoio e isso era, claramente, promover uma renda acessível para aquelas pessoas que não tinham, também, esses recursos. Dito isso, obviamente, que havia muito a fazer, há que criar soluções que respondessem a essas necessidades e, como dizia no início da intervenção, o principal contributo que cada um podia dar para aquele debate e, sobretudo, para o objetivo que o mesmo devia prosseguir, que era dotar todos os Bracarenses duma habitação condigna, era apresentar soluções concretas, não agitar estereótipos, não agitar com ameaças que, às vezes, suscitavam debates e polémicas públicas que não eram devidamente sustentadas e que prejudicavam objetivamente aqueles que queriam, naturalmente apoiar e, sobretudo, naturalmente, contribuir para que nem que fosse com a sua capacidade de reivindicação, para que as propostas constantes daquela estratégia pudessem ser, tão cedo quanto possível, uma realidade. Era essa a sua determinação. Era para isso que contavam com todo o apoio e era para isso que, seguramente, aquelas oitocentas famílias e seguramente outras, que não foi possível identificar, e deixava também essa nota, porque o esforço do Município foi significativo e tiveram um trabalho de interlocução com os parceiros, tiveram um trabalho de interlocução com as Juntas de Freguesia, mas, obviamente, não teriam

conseguido mapear todas as situações e cada situação era para eles uma situação que tinha que ser resolvida. Era para isso que iriam continuar a trabalhar. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com dezasseis abstenções**. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR, RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA** apresentou uma **Declaração de Voto** por um descargo de consciência, porque reuniu ontem a Assembleia de Freguesia em São Victor e o Deputado João Granja disse algo nessa Assembleia muito interessante, que aquele documento, hoje apresentado e votado era, de facto, um verdadeiro manual, para quem, provavelmente, quisesse prosseguir a vida política e pública nos próximos tempos. Traçava uma radiografia muito interessante daquilo que era o nosso concelho, mas, efetivamente, também não poderia deixar de subscrever alguma preocupação com aquilo que era um maior índice habitacional no Bairro Social das Enguardas, traduzido em quarenta e quatro fogos de habitação. Sendo que, para si, esse bairro já tinha o seu tecido urbanístico mais ou menos consolidado, parecia-lhe um bocado impraticável que lá se consiga colocar mais quarenta e quatro habitações. De qualquer forma queria, obviamente, num exercício de boa-fé, traduzir naquele ato de abstenção, aquilo que esperava que viesse a ser efetivamente uma medida que fosse traduzida pela positiva, que trouxesse uma melhoria de habitação e que fosse benéfica para a população, mas que, acima de tudo, também fosse, se calhar, melhor dialogada, melhor discutida e melhor enquadrada com aquilo que era o tecido urbanístico da freguesia de São Victor. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para, noutra **Declaração de Voto**, reforçar a importância da aprovação daquele documento e dizer que, quando em janeiro de dois mil e vinte, em sede da Comissão dos Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo, a Senhora Vereadora Dr^a. Olga

*Pereira, que tutelou a elaboração da Estratégia Local de Habitação, apresentou-lhes múltiplos desafios, que se colocavam à política de habitação local e ficaram cientes do compromisso assumido pelo Executivo em querer dar a conhecer a sua metodologia de trabalho na elaboração da Estratégia Local de Habitação. Sensibilizar, elucidar, recolha de contributos dos vários atores locais, através de sessões de discussão, resultaram na delineação dessa estratégia. Um bem-haja, Senhora Vereadora, também se impunha, assim, como a todas as pessoas que a acompanharam nesse percurso. Outra **Declaração de Voto** foi presente, agora pelo **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, em que salientava que tinha votado favoravelmente aquele documento, havendo, todavia, duas notas que gostaria de deixar ficar. Como já, ali, foi dito, o retrato, era um retrato que, na sua opinião, ainda era muito pobre, em termos habitacionais e daí ter enviado um e-mail à Senhora Vereadora, que havia de ser reforçada a equipa. Sabia que o tempo não foi muito, houve um esforço enorme, por parte da Câmara, para elaborar aquele documento, mas o retrato das freguesias estava, na sua opinião, muito pobre, porque tinha que ser reforçada a equipa que estava a desenvolver aquele projeto e, em colaboração com as Juntas de Freguesia, ir ao terreno e analisar qual a real situação de cada uma das freguesias. As Juntas de Freguesia não tinham capacidade técnica para avaliar todas aquelas dinâmicas, todas aquelas vertentes, quer em termos sociais, quer em termos de qualidade da construção, quer em termos de investimento que era preciso ser feito. Tinha que ser uma equipa multidisciplinar, se calhar, mais do que uma equipa. O concelho era grande e o parque habitacional, neste momento, era pobre. Outra situação que ia ao encontro daquilo que o Sr. Presidente disse e também a União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe já propôs e apresentou à Câmara*

Municipal, era a preocupação com a fixação dos jovens, nomeadamente, nas zonas mais rurais. Naquele momento estava a falar, por exemplo, na zona de Semelhe, em que viam os jovens a sair da freguesia, porque não tinham habitação a um custo controlado. Chegaram a aprovar e a dar voto favorável a dois projetos que iriam ser desenvolvidos por duas entidades particulares, um particular e uma associação do concelho de Braga que, por diversas razões, que não tinham a ver com a Câmara, não puderam avançar. Mas pensava que a Câmara tinha a obrigação de olhar para as freguesias mais rurais e criar condições de fixação dos jovens, porque não conseguiam explicar isso aos seus fregueses, como nas suas freguesias, com vários arruamentos, com todas as infraestruturas, quer em termos de saneamento, quer em termos de fornecimento de água, quer em termos de fornecimento de eletricidade, e não era aprovada a casa ou uma casa ao lado num terreno de um pai que tinha um campo enorme, mas havia um pequeno terreno ao lado, que o filho podia ficar lá e não ficava porque estava invisibilizado, não podendo construir. Poderiam resolver dois problemas, além de fixar os jovens tinham, também, o apoio aos mais idosos. Sugeria e solicitava à Câmara Municipal, que tivesse mais atenção na análise e revisão do PDM, para ver se era possível conseguir alterar determinadas situações para possibilitar a construção ou a fixação dos mais jovens. Sabia não ser só responsabilidade da Câmara Municipal, havia várias entidades envolvidas, mas a Câmara poderia ter aí um forte valor para poder alterar aquilo. **PONTO NÚMERO TRÊS – PROJETO “OLH’Ó TEATRO DOIS MIL E VINTE E UM”.** Para ratificação da Assembleia Municipal, submete-se a proposta do Executivo Municipal, relativa à aprovação do projeto “Olh’ó Teatro dois mil e vinte e um”, documentos que se dão como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em

pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto registou-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS, para dizer que: “Luís Miguel Cintra em entrevista à revista E, do Semanário Expresso deste fim de semana, diz:” (...) o teatro é um trabalho de comunicação com os outros. Portanto, só faz sentido em função dos outros e não da exibição da nossa própria personalidade.” O projeto “Olh’ó Teatro” dois mil e vinte e um é sem dúvida um convite à criação artística e à sua partilha com a comunidade. O Teatro surge como catalisador de construção da comunidade e da sua identidade pois dilui distanciamento e abre fronteiras. É reflexão sobre o nosso território, sobre o nosso património material e imaterial, os nossos usos, os costumes e as tradições locais. Demonstra também a consciência de um executivo, que ciente da redução drástica dos apoios estatais para a cultura não se esquece da sua promoção, de uma forma democrática, transparente e organizada. São com estes pressupostos que o Grupo Municipal do CDS-PP irá votar favoravelmente a proposta do projeto “Olh’ó Teatro” dois mil e vinte e um”. Interveio depois a Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA, para destacar que: “A Câmara Municipal de Braga, através da Vereação da Cultura, anunciou mais uma edição do Projeto “Olh’ó Teatro”. Destina quinze mil euros para financiar até oito projetos, no mínimo de mil euros e no máximo de três mil euros cada um, tem em vista a capacitação dos agentes culturais para a promoção e a promoção de ações fora do perímetro urbano. São convidados a participar associações culturais, coletivos de artistas e agentes culturais. Da bondade da proposta o Grupo Municipal não duvida e até regista o cuidado em referir a descentralização pelo concelho, no entanto, as verbas pecam por serem parcas por projeto, na medida em que se pede que sejam projetos e criações originais, ficando os direitos de autor na posse do Município, até à apresentação pública

que não se sabe quando ocorrerá. Outra fragilidade tem a ver com a ausência de preocupação de dotar os espaços excêntricos, ora das Juntas, ora das associações das condições mínimas para a realização dos espetáculos, como sejam instalações de luz e de som e até a mínima que seja. Este trabalho, em oito anos de Executivo, deveria ter sido realizado aos poucos, dotando, efetivamente, esses espaços para a execução e fruição com a dignidade que o teatro merece. Já agora, apelamos para que o Galécia. Ainda assim, ficam de fora os agentes culturais de outras áreas, como sejam a música, a fotografia ou as artes plásticas. Percebe-se, ainda, que o enquadramento e a candidatura a Capital Europeia da Cultura, cujo portfólio tem que ser preenchido a todo o custo e depressa, pois o tempo está a passar. Sendo Braga conhecida pela sua dinâmica local intensa, no que ao setor cultural diz respeito, não podemos deixar de reparar que impera mais a lógica dos fins que justificam os meios, em lugar de uma verdadeira e genuína estratégia para a cultura”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade**. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** anunciou que se iria realizar uma rápida Conferência de Líderes, a qual decidiu dar continuidade aos trabalhos. **PONTO NÚMERO QUATRO – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro e da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de vinte e dois de março do ano curso, relativa ao Regulamento de Funcionamento e de Utilização das Instalações Desportivas Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi

a presente proposta **aprovada com sete abstenções**. **PONTO NÚMERO CINCO – ACORDO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE HORTA URBANA – JUNTA DE FREGUEIA DE GUALTAR**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de cinco de abril do ano em curso, relativa à celebração de um acordo de cedência de utilização entre o Município de Braga e a Junta de Freguesia de Gualtar, que tem por objeto a cedência de uma parcela de terreno, a título gratuito, sita no lugar de Novaínho ou Estrada, freguesia de Gualtar, cuja como finalidade é a implementação de uma horta urbana, cujo teor se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de cinco e de dezanove de abril do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Projeto de requalificação do entroncamento da Nossa Senhora de Fátima com a Estrada Nacional duzentos e cinco barra quatro”, no montante de mil trezentos e trinta e oito euros e oitenta e sete cêntimos; Dois - União de Freguesias da Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da travessa das Roçadas – Trandeiras”, no montante de vinte e um mil oitocentos e cinquenta e

seis euros e oitenta e três cêntimos; Três - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua da Igreja e rua do Assento”, no montante de três mil oitocentos e quarenta euros e quarenta e nove cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Projeto de requalificação do polidesportivo de Escudeiros”, no montante de dois mil quatrocentos e oitenta e seis euros e treze cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Projeto de requalificação da rua da Igreja e rua do Assento – aditamento”, no montante de seis mil trezentos e catorze euros e sessenta e nove cêntimos; Seis - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Projeto da rua das Cortinhas - Crespos”, no montante de dez mil seiscentos e onze euros e vinte e um cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua do Moinho – Priscos - aditamento”, no montante de quarenta e cinco mil setecentos e vinte e nove euros e um cêntimo; Oito - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua do Souto – Guisande”, no montante de noventa e oito mil duzentos e vinte euros e quarenta e cinco cêntimos; Nove - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Drenagem de águas pluviais na rua Dr. Pedro Carvalho – Lomar”, no montante de doze mil quinhentos e trinta e um euros e noventa e três cêntimos; Dez - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Projeto de requalificação e beneficiação da rua da Cal”, no montante de mil oitocentos e quarenta e cinco euros; Onze - Junta de Freguesia de Espinho, para a execução da obra denominada “Pavimentação e

recuperação de muro de suporte na rua da Cruz”, no montante de nove mil novecentos e noventa e seis euros e um cêntimo; Doze - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Construção do parque de recreio e lazer”, no montante de cento e cinquenta e oito mil trinta e dois euros e vinte e nove cêntimos; Treze - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, para a execução da obra denominada “Projeto de requalificação do largo da capela do Senhor dos Passos e espaços envolventes – Cabreiros”, no montante de treze mil novecentos e vinte e seis euros e trinta e três cêntimos; Catorze - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Beneficiação da rua Senhor da Saúde”, no montante de vinte e um mil trinta euros e setenta e um cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Alargamento e beneficiação da rua da Levandeira”, no montante de setenta e nove mil quinhentos e dezanove euros e trinta e quatro cêntimos; Dezasseis - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “Sistema de drenagem de águas pluviais na rua do Fontanário, rua de Quintela e calçada da Quintela”, no montante de seis mil cento e dezanove euros e vinte e cinco cêntimos; Dezassete - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Passeios na rua da Coutada e repavimentação da rua da Varziela – Lomar”, no montante de dez mil oitocentos e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos; Dezoito - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Continuação da Praceta de Custóias – Lomar – pavimentação”, no montante de dez mil duzentos e setenta e quatro euros e cinco cêntimos. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** que solicitou a votação em separado do ponto ora colocado à discussão, assim como do seguinte, por alguns pontos corresponderem

a projetos e, como já o haviam dito, considerarem que a solução passaria por reforçar os serviços municipais. Estavam a falar de sete projetos, que poderiam ter sido feitos pelos serviços municipais. Postas à votação foram **as alíneas 1, 4, 6, 10 e 13 aprovadas com quatro votos contra e com três abstenções e as alíneas 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 18 foram aprovadas com duas abstenções.**

PONTO NÚMERO SETE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de cinco e de dezanove de abril do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a obra da “Capela mortuária e arranjo urbanístico – aditamento – Pousada”, no valor de cinco mil sessenta e seis euros e doze cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a obra do “Percurso pedestre”, no valor de nove mil quatrocentos e vinte e quatro euros e quarenta e seis cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar o “Projeto de requalificação do adro da capela da Senhora de Fátima”, no valor de cinco mil oitocentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar os “Serviços prestados de mão de obra, retroescavadora e transporte nos trabalhos de limpeza executados após a passagem da tempestade Elsa/Fabian”, no valor de seis mil oitocentos e cinquenta e sete euros e setenta e oito cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar as obras no “Salão multiusos de Escudeiros – conclusão de trabalhos”, no valor de vinte e

três mil quinhentos e trinta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a obra de “Requalificação do salão polivalente”, no valor de trezentos e quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e um euros e vinte e nove cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Espinho, destinado a apoiar o “Projeto de construção do salão polivalente”, no valor de trinta e quatro mil oitocentos e setenta euros e cinquenta cêntimos; Oito - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a “Execução do moinho da Ponte”, no valor de sete mil oitocentos e seis euros e vinte cêntimos; Nove - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, destinado a apoiar a realização da obra “Arranjo urbanístico do Adro da Igreja de Gondizalves – trabalhos complementares”, no valor de quatro mil trezentos e três euros e sessenta cêntimos; Dez - Junta de Freguesia de Espinho, destinado a apoiar a obra de “Execução do passeio e águas pluviais junto à EN 309, na avenida Imaculada Conceição”, no valor de quinze mil novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos. Postas à votação foram **as alíneas 3) e 7) aprovadas com quatro votos contra e com três abstenções e alíneas 1), 2), 4), 5), 6), 8), 9) e 10 aprovadas com duas abstenções.** **PONTO NÚMERO OITO – ANÁLISE DAS CERTIFICAÇÕES LEGAIS DAS CONTAS DAS EMPRESAS LOCAIS DOIS MIL E DEZOITO – DOIS MIL E DEZANOVE (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresenta-se a Análise das Certificações Legais das Contas das Empresas Locais de dois mil e dezoito – dois mil e dezanove, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO NOVE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO).** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos dos artigos H - um barra décimo

sexto e H – um barra décimo sétimo do Código Regulamentar do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para revelar que: “Já usei, nesta Assembleia, diversos qualificativos, relativamente às relações entre o futebol e a Autarquia. O Sr. Presidente dizia, em dois mil e treze, que defendia outras formas de colaboração entre o Município Bracarense e os clubes do concelho. Provavelmente, devia ter dito no singular e falar só no clube do concelho. Tenho aqui, e são notícias de jornal, que a SAD do Sporting de Braga apresentou um resultado líquido positivo de vinte e dois milhões de euros, o maior de sempre da sociedade. Registou lucros antes de juros e impostos de trinta virgula dois milhões de euros. O ativo cresceu cerca de trinta e nove por cento para valores que chegam quase aos cem milhões de euros. Não sei se nestes ativos estão os dois virgula qualquer coisa milhões de euros em que foram avaliados os hectares de terreno que esta Câmara, portanto dois milhões e meio de euros e que devem ter sido avaliados da forma que conhecemos e que foram doados ao Sporting de Braga. Sabendo nós, como sabemos, que quem beneficia diretamente destas doações são, de facto, os acionistas da SAD, que também sabemos, só para percebermos para onde é que vai este dinheiro, que são, por exemplo, a Olivedesportos, uma Sundown Ltd. e outros que não conhecemos, mas pelo menos estes, sendo certo que a Câmara, inclusivamente, vendeu as ações que detinha da SAD, com um prejuízo, calculado na altura, em cerca de oitocentos mil euros. Isto tudo para dizer o quê? É preciso ter pudor, porque isto raia os limites da pornografia, ou seja, quem tem trinta e tal milhões de euros e paga salários a jogadores de mais de um milhão de euros por ano, vem pedir isenção de cento e três virgula quarenta euros, e é-lhe concedida. Qualquer cidadão deste Município

vai num simples requerimento para contar uma história qualquer a quem dirige a Autarquia e paga trinta euros ou mais que seja, e uma SAD, uma empresa privada que distribui lucros, penso que todos conhecemos a Olivledesportos, acho que toda a gente conhece, a Sundown Ltd., por acaso não conheço. É que, de facto, há outras isenções, aqui, da SAD do Braga, não é só esta. Mas esta, de facto, cento e tal euros e é concedido a quem tem lucros de milhões e milhões de euros. Sinceramente, tudo tem o seu limite. Isto não é desporto. A maioria chumbou o projeto desportivo que apresentamos, com uma justificação, vale o que vale, mas para aqui não falta dinheiro. A habitação é da responsabilidade do Governo Central, porque o dinheiro que é gerado na Autarquia não pode ir para a habitação, tem que ir para o futebol. O vinte e cinco de abril, que comemoramos há pouco tempo, foi na expectativa de eliminar ou reduzir a célebre trilogia de fados, Fátima e futebol, mas a verdade é que em Braga, há cada vez mais Fátima, cada vez mais fado e cada vez mais futebol. Ao menos que seja fado do bom. Acho que Braga deve ser mais romana e menos apostólica”. **PONTO NÚMERO DEZ – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA,** usou da palavra para informar que a Comissão a que presidia iria levar a efeito, com início no próximo sábado, dali a oito dias, com continuação no dia vinte e dois, umas jornadas que tinham a ver com os efeitos da pandemia naquilo que foi a atividade do Município e dos impactos na economia, nas questões laborais e nas questões sociais que lhe estavam sempre inerentes. A Sra. Presidente da Assembleia iria presidir a essas jornadas e, em seu nome, queria convidar todos os eleitos da Assembleia Municipal e também o público que os ouvia, podendo ouvir e estar presente nessas jornadas, porque achava que eram do interesse de

toda a população Bracarense. Portanto, ficava o convite, para que todos pudessem assistir a essas jornadas. Depois foi a vez do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA** informar que: “Houve uma reunião da Comissão no dia vinte e seis, segunda-feira passada, com a Sra. Vereadora da Educação e Cultura, que sempre tem correspondido muito bem e prontamente, quando precisamos, que ela venha à Comissão, com dois pontos na agenda de trabalhos. O primeiro ponto tinha a ver com o setor da educação, durante o tempo da pandemia e o segundo ponto tinha a ver com o setor da cultura. As informações foram vastas, como sabem toda a gente está a viver um ano atípico, também a educação está a viver um ano atípico, com períodos de encerramento das escolas, com o funcionamento em casa através das tecnologias digitais e, depois, com um período, novamente de funcionamento presencial, aulas presenciais, mas com toda a diferença que tem em relação ao normal. E, nessa medida, a Câmara Municipal prestou à Comissão um conjunto de informações, que julgamos úteis de ser partilhadas com os Srs. Deputados. Primeiramente, tem a ver com as refeições escolares, houve uma continuidade do pagamento aos parceiros que estão envolvidos nas refeições e também as refeições escolares fornecidas aos alunos, em takeaway, que no primeiro confinamento, abrangeram oitenta crianças e no segundo confinamento abrangeram mais, cento e setenta e quatro crianças. Também o reforço do leite escolar, da fruta escolar, ou seja, uma grande preocupação com a alimentação das crianças, o que tinha que ser, porque também se percebeu a fragilidade das famílias, aliás, isto foi um ponto que tocou bastantes membros da Comissão, porque se notou que há muitas famílias que não estão a pagar o complemento dos serviços educativos e também das refeições e, neste caso, são os Srs. Presidentes de Junta que têm suprido esta carência. Notou-

se também nas palavras da Sra. Vereadora da Educação uma grande articulação dos serviços da Câmara Municipal com os agrupamentos escolares e com as Juntas de Freguesia, o que é sempre de louvar. Pensamos que foi o possível e que tem sido o possível. Um grande reforço, também, nas aulas em casa, no fornecimento de equipamentos de computadores com ligação à internet aos alunos do primeiro ciclo, do segundo e terceiro ciclo, no total de dois mil duzentos e onze computadores com ligação à internet, sendo que, a Câmara Municipal foi responsável por mil novecentos e vinte, mas havendo aqui uma comparticipação, também bastante substantiva, dos chamados embaixadores bracarenses, dos empresários, com duzentos e noventa e um computadores, de tal forma que alguns agrupamentos mais frágeis, como os agrupamentos de Maximinos, Celeirós e Trigal Santa Maria, as necessidades que os alunos desses agrupamentos tinham, em termos de acesso as tecnologias, ficaram superadas. Os projetos continuaram a ser desenvolvidos, claro que numa vertente já de confinamento. As atividades das AEC também continuaram a ser desenvolvidas. Abordou-se também as novas competências que a Câmara Municipal vai assumir a partir de março de dois mil e vinte, e aqui a Câmara Municipal está já a antecipar e fazer as reuniões com os agrupamentos escolares. Por fim, no sector da cultura, há a saudar algumas atividades presenciais que começam a surgir. Tivemos ontem, aqui em Braga, e hoje, também, com Pedro Abrunhosa, mas outras atividades, concretamente na Feira do Livro, a boa notícia é que este ano vai ser presencial, vai ser aqui no Fórum do Altice, salvaguardadas, portanto, todas as seguranças e vai ser realizada no dia nove a vinte e cinco de julho, portanto neste intervalo. Os livreiros bracarenses aderiram a esta iniciativa, treze das entidades bracarenses estão representadas, já em dezassete que estarão presentes, já manifestaram a intenção de estar presentes na Feira do Livro. Neste

sentido, boas notícias, penso aqui com estas atividades, o recomeço destas atividades presenciais da dinâmica da cultura em Braga. Foi praticamente isto que foi abordado na reunião da Comissão”. **PONTO NÚMERO ONZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis e sete, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e vinte e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de trinta de abril de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.